

**Ata da sessão Ordinária realizada
dia 25 de novembro de 2016**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro, do ano dois mil e dezasseis, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala de sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Severo Venâncio Estevens de Almeida**, secretariada por **Duarte Freitas de Sousa**, como 1.º secretário e **Carlos Almeida Caetanita**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: José Eduardo Pereira Brites, Vítor Manuel Vilhena Saleiro, Cláudio André Brás Silvestre, Ana Maria R. T. Ramos Barão, o Presidente de Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre e o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro; --

Eleitos pelo IPA: Francisco Lourenço Teixeira, Vítor Manuel Libânio Afonso, José Romba Guerreiro, Maria Felicidade Sousa, Fábio Batista, a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sara Isabel Martins Agostinho e o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Joaquim António Guerreiro; -----

Eleitos pelo PSD: Lucília Conceição Sousa Aleixo de Barôa, Paula Cristina V. Camacho Botelho, Bruno Miguel Fernandes Martins, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Hélder Guerreiro e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, Sérgio Manuel Afonso Palma; -----

Faltaram à sessão a deputada Joana Felícia Baptista (IPA), por um dia e, Celeste Colaço do Rosário Sebastião (IPA), que pediu renúncia de mandato, tendo sido substituídas, nos termos legais, respetivamente, pelos deputados suplentes, Maria Felicidade Sousa e Fábio Batista. -----

A Mesa justificou as respetivas faltas. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3, do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estiveram presentes nesta sessão, para além do Presidente da Câmara, António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Senhores Vereadores, Luís Artur dos Santos Gaiolas (PS), João António Vale Soares Rodrigues Palma (IPA) e António José Messias do Rosário Sebastião (IPA). -----

Faltou à sessão o senhor Vereador Ricardo António Monteiro Colaço (PSD). -----

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art.º 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39º do Regimento: -----

A.1.- Intervenção dos Municípes; -----

A.2.- Esclarecimentos. -----

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

B.1. – Ausências, suspensões, renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas;-----

B.2. - Votação das atas n.º 17, de 12 de setembro de 2016 e n.º 18/2016, de 30 de setembro de 2016 (2013/2017); -----

B.3. - Leitura de expediente; -----

B.4. – Intervenções. -----

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1. - Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para vigorar no ano de 2017;-----

C.2. - Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2017; -----

C.3. - Apreciação e deliberação sobre a Proposta referente à assunção de compromissos plurianuais — delegação de competências na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----

C.4. - Conhecimento sobre a Manutenção das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar o ano económico de 2017; -----

C.5. – Conhecimento do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira do município reportada a 30 de junho de 2016; -----

C.6. - Conhecimento sobre o pedido formalizado pelo trabalhador Marco Bota, com vista à cessação do Acordo de Cedência de Interesse Público, celebrado entre si, os Bombeiros Voluntários de Almodôvar e o Município, bem como a revogação, nomeadamente, dos n.ºs 2 e 3 da Cláusula 5.ª, n.º 2 da Cláusula 7.ª e Cláusula 10ª do Protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar;-----

C.7. - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

C.8. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, elaborada nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

C.9. Aprovação da ata em minuta. -----

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado.** -----

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

B.1. – AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES E RENÚNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DAS RESPETIVAS VAGAS: -----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DAS RESPETIVA VAGA: -----

O **Presidente da Assembleia** informou que pediu a ausência de mandato a deputada Joana Felícia Baptista (IPA), por um dia, e que foi substituída nos termos legais, pelo deputado suplente Fábio Batista. -----

A Assembleia tomou conhecimento e justificou as respetivas faltas. -----

RENÚNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA: -----

O **Presidente da Assembleia** informou que a deputada Celeste Colaço do Rosário Sebastião (IPA) **pediu renúncia de mandato**. Explicou o Senhor Presidente que o cidadão imediatamente a seguir na lista dos candidatos do Movimento dos Independentes por Almodôvar é a senhora Maria Felicidade Sousa, que será convocada para o efeito e, caso aceite o lugar, ficará como membro efetivo da bancada do IPA.-----

Prossequindo, o Senhor Presidente leu a carta da senhora deputada e referiu que a Mesa não pode deixar de congratular-se com os votos que aqui foram expressos pela senhora deputada relativamente ao êxito da missão desta Assembleia e desejar-lhe, também, êxito nas suas novas funções. -----

A Assembleia tomou conhecimento e em nada obistou. -----

B.2. - VOTAÇÃO DAS ATAS N.º 17, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016 E N.º 18/2016, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016 (2013/2017); -----

Previamente à votação das atas, o senhor deputado **José Romba** solicitou que se considerasse a seguinte **recomendação** relativa à ata de 12 de setembro: -----

“RECOMENDAÇÃO:-----

Ainda acerca da Área de Requalificação Urbana (ARU) e da ata de 12 de setembro:-----

Na ata de 12 de setembro último, relativamente à ARU, que foi preciso aprovar “à pressão” por ser um documento tão importante, que será a base para tantos projetos, diz:-----

“Especificou que a área de ampliação vai desde a E.B.1 de Almodôvar até ao poço do Chafariz, da zona de Candemilhas até à “Cerca da Ponte Romana”, a outra zona que inclui toda a área em frente à CERCICOA, o bairro 1º de Maio que inclui toda a Ribeira de Cobres”.-----

(Perceberam bem onde se situa a ampliação da ARU?). -----

O texto parece um pouco confuso e pouco “específico” como é iniciada a frase. -----

Atendendo a que este processo não é fechado, parece-nos conveniente que seja revisto e melhor esclarecido para evitar más interpretações, que poderão prejudicar os projetos no futuro, pois recorde que na planta apresentada (que é parte integrante do projeto, não constam as margens da ribeira, em que o Sr. Presidente da Câmara diz que está na “descrição” do projeto, aí as margens da ribeira estão incluídas, deve ser melhor verificado se ficaram incluídas ou não, pois na ata consta:-----

“Frisou bem que a explicação que forneceu se baseou na memória descritiva dos projetos e que os técnicos fizeram esta alteração de acordo com os projetos que estavam no PARU. É, portanto, esta alteração que é preciso aprovar”. -----

Como parece que há alguma incoerência nos elementos, somos da opinião de se rever a situação, esclarecê-la e propor alterações que se acharem convenientes, enquanto é tempo, de modo a não vir a prejudicar eventuais projetos no futuro, estando certamente esta assembleia disponível para colaborar e tornar a votar no sentido de se aprovar um processo sem dúvidas.” -

A Assembleia tomou conhecimento. -----

Prosseguindo, o **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 17, da sessão extraordinária de 12 de setembro de 2016. -----

Não se tendo verificado nenhuma intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 17**, da Sessão Extraordinária de 12 de setembro de 2016, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD, IPA).-----

De seguida, o **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 18, da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016.-----

Não se tendo verificado nenhuma intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 18**, da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD, IPA). -----

B.3. - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem.-----

De entre esta correspondência, destacou um abaixo-assinado enviado à Câmara, com conhecimento à Assembleia, através do qual é expressado o grande descontentamento relativamente à praga de pombos que neste momento infestam a Vila. -----

Referiu também duas intervenções enviadas pelo senhor deputado, Dr. Pedro do Carmo, uma sobre a recomendação ao Governo para a consagração da via longitudinal de Portugal - EN2 e a sua valorização e a outra sobre a revogação de Portaria sobre taxas de utilização de acessos nas estradas sob jurisdição da infraestruturas de Portugal SA. -----

Realçou um ofício da ANMP sobre a realização de uma Convenção Nacional intitulada “40 anos do Poder Local Democrático” e informou que, caso pretendam participar nesta Convenção, se devem dirigir aos serviços de apoio da Assembleia para fazer a respetiva inscrição. -----

Informou também que recebeu da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal uma informação, via correio eletrónico, através da qual se solicita à Assembleia Municipal que apresente o seu orçamento para o ano de 2017. Esclareceu, para quem não tem presente, que a Assembleia Municipal tem um orçamento autónomo que vai integrar o orçamento geral da Câmara Municipal. Mais referiu, que o orçamento da Assembleia Municipal, desde que os atuais membros tomaram posse, tem sido sempre o mesmo, sublinhando ainda que nenhum dos membros da Mesa tem telefone do Município, por entenderem que não é necessário, considerando que, por esse facto, não ficam restringidos na sua atividade. Igualmente informou que, até hoje, também nenhum dos membros da Mesa da Assembleia gastou dinheiro com ajudas de custo, não deixando, por isso, de representar o poder local condignamente sempre que foi necessário. -----

Seguidamente deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara** para esclarecer o que tivesse por conveniente sobre a questão dos pombos. -----

O **senhor Presidente da Câmara** referiu que, quando recebeu essa carta, já tinha encetado algumas diligências no sentido de resolver o problema, até porque, tal situação, poderá trazer eventuais perigos para a saúde pública. -----

Explicou que, nessa altura, foi dirigida uma carta à Srª Delegada de Saúde Pública de Beja, assim como à Delegação da Agricultura e de Veterinária do nosso distrito. ----

Referiu que a solução não passa por qualquer tipo de medicação ou de comida para os pombos não procriarem, mas que poderá passar, eventualmente, por uma ação ao nível ambiental, como, por exemplo, a utilização de falcões que “afugentem” os pombos. Explicou que o problema da nidificação e da procriação intensiva dos pombos é um problema comum a outras vilas e cidades, e que, no caso concreto de Almodôvar, estão a criar constrangimentos, principalmente na igreja matriz e sua envolvente, sobretudo com os detritos e os “bichos” mortos que aparecem nas condutas de água. Esta situação provoca naturalmente danos nos edifícios e mau cheiro no ambiente que é preciso solucionar. -----

Frisou que este é um problema que temos entre mãos, e pensa que poderá ser resolvido com o recurso a aves de rapina que “espantem” os pombos da zona da Vila. -

Concluiu, referindo que se está a trabalhar neste assunto e a tentar encontrar uma solução que seja legal e que permita diminuir a população de pombos na Vila, principalmente na zona da igreja que é o local onde estão mais concentrados. -----

B.4. – INTERVENÇÕES: -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os senhores deputados José Brites, José Romba, Bruno Martins e Vítor Libânio. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **deputado José Brites**, que leu o seguinte documento: -----

“1 – Assunto: - Fonte de Gomes Aires. -----

Perguntou ao Senhor Presidente se tem conhecimento de que a fonte acima referida, localizada à saída de Gomes Aires, no caminho que vai para a Abóboda, se encontra de novo com o cano entupido, possivelmente dada a redução feita no cano em duas curvas, ficando agora o cano muito mais reduzido em cerca de quinze centímetros. -----

O presente facto foi presenciado por mim e alguns dos residentes em Gomes Aires, que se queixaram da demora em resolver a situação, já que, em virtude das reduções do cano nas zonas onde foi substituído, basta chover e a água vir barrenta para que o cano fique entupido e deixe praticamente de correr ou apenas deixando correr um fio de água muito pequeno. -----

Do facto resulta o exemplo de, em tempo de inverno e desde que chova, para se encher um garrafão de água de cinco litros, que levava anteriormente cerca de 10 segundos, leva agora, por o cano se encontrar bloqueado, cerca de três minutos.-----

Pergunta agora o deputado se tem conhecimento do que se está a passar, e em caso afirmativo, se já foram tomadas ou ordenadas algumas providências no sentido de resolver a presente situação, para bem de todos os utentes residentes ou não em Gomes Aires, e que normalmente ali se vão abastecer. -----

2- Assunto: - Cano de águas residuais, sito em Almodôvar. -----

Perguntou ao Senhor Presidente se tem conhecimento de um cano que se encontra de novo partido na parte de cima, a cerca de cinco metros da caixa de visita existente na Ribeira de Cobres, na passagem submersível que dá acesso à vila através do Beco da Maljulgada.-----

Dado que, através daquela rotura, em dias de color, exala mau cheiro, vem agora o deputado perguntar se, de facto, tem conhecimento e, caso afirmativo, para quando está prevista a sua reparação?-----

3 - Assunto: - Rua do Parque Infantil em Almodôvar.-----

Também estão de parabéns os utentes que utilizam esta rua com o seu automóvel, quando vão buscar os familiares às escolas ex-masculina e feminina, por a curva existente na esquina, junto da entrada da escola, já ter sido substituída, ficando igual a todas as outras que ali foram feitas de novo, deixando de existir, assim, o perigo de algum condutor menos atento poder ali dar cabo de um pneu.-----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Romba**, que leu os seguintes documentos: -----

“Situação dos esgotos na Aldeia do Rosário.-----

Verifica-se que os esgotos da ETAR da zona Sul da aldeia estão a correr a céu aberto para o barranco, para além de haver fugas significativas na rede de coletores antes de chegar à ETAR, que está completamente obsoleta e num estado de degradação avançado, que urge ser intervencionada.-----

Sabe-se que a Junta de Freguesia tem alertado para estes fatos, pelo que se questiona o Sr. Presidente da C.M.A. de quais as diligências que enviou e que medidas estarão em curso para minimizar no imediato e resolver a situação, pois são situações insustentáveis, vergonhosas e sancionáveis pela lei vigente.-----

Da parte da rede de coletores, antes de se chegar à ETAR, onde se verificam fugas significativas de efluente de esgoto, devido a desgaste dos fundos e ligações entre os tubos e as próprias caixas, é da responsabilidade da C.M.A., pelo que se deverão efetuar as intervenções necessárias, para estancar essas fugas, sem desculpas para outras entidades.-----

Quanto à ETAR propriamente dita, para além de estar completamente obsoleta, abandonada, não servindo os objetivos para que foi construída, constitui ainda um perigo para a saúde pública e para qualquer pessoa que experimente fazer uma “visita”, para não falar de possíveis crianças que por vezes têm curiosidade em “investigar” e poderão entrar livremente, atendendo a que o portão da vedação está geralmente aberto, a não ser que alguém se lembre de atar o arame que serve de fechadura, e até cair nalgum dos tanques abertos, já sem parte das coberturas, completamente em ruínas.-----

Esta é da responsabilidade das Águas do Alentejo, que deve ter um acordo com a C.M.A., de modo a garantir a eficácia do tratamento do efluente, para que antes de entrar na linha de água, cumpra com os parâmetros da legislação aplicável, podendo ser autuada em muitos milhares de euros, se o não fizer.-----

Questiona-se o Sr. Presidente da Câmara se tem conhecimento destas situações e que diligências foram efetuadas para a sua resolução.-----

Já agora, para além da reparação imediata da rede de coletores de modo a que esta seja estanque, que será da responsabilidade direta da C.M.A. e não depende de mais ninguém, convida-se a propor que as Águas do Alentejo efetue um estudo mais abrangente para solucionar a situação da ETAR, que poderia passar por efetuar a sua total remodelação e adaptá-la de modo a passar a cumprir com a legislação aplicável, ou efetuar uma remodelação que a transformasse em Estação Elevatória para bombar o efluente (se não der por gravidade) para a ETAR da zona Norte, que parece estar a funcionar bem e que poderia receber este efluente, desde que confirmada a sua capacidade para tal.-----

Pelo exposto, solicita-se que sejam tomadas diligências para tratar deste assunto com carácter de urgência junto das entidades competentes, face à gravidade das situações enumeradas.-----

Ficamos certos da vossa melhor atenção para o exposto.”-----

“Apoio ao Empreendedorismo. -----

Na última reunião de 30 de Setembro de 2016, aprovámos em sede de sessão deste órgão, a proposta do novo Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo.-----

Decorridos praticamente 2 meses, na sexta-feira passada, a autarquia organizou um Seminário sobre Desenvolvimento Regional e Fundos Comunitários, onde foi apresentado muito rapidamente uma publicação a que chamaram “Guia de Apoio ao Empreendedor”, onde esperei que houvesse um esclarecimento profundo e exaustivo sobre o tal Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo aprovado em Setembro.-----

Quando peguei na publicação, bonita e com boa impressão, e começo a folhear, verifico, admirado, que há apenas uma página dedicada a este Apoio tão promovido pelo Sr. Presidente da Câmara e restante executivo e que os restantes elementos constantes neste Guia são praticamente cópias integrais de informação retirada da internet!-----

Mais admirado e espantado fiquei quando me contaram que para copiar páginas de internet e imprimir uma espécie de caderno bonitinho, a Câmara Municipal de Almodôvar pagou mais de 4 mil euros.-----

Como não encontrei informação nenhuma, tentei munir-me de mais elementos noutros locais e, claro, conforme indica neste Guia, procurei saber junto do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social da autarquia e qual não é mais uma surpresa quando me comunicaram que não se consegue prestar informação nenhuma e não há sequer um formulário preparado e fico a saber que este Gabinete não foi envolvido no processo (situação bastante recorrente) e, portanto, não sabem que medidas devem tomar.-----

Entretanto, dizem-me que este Apoio só vai começar a ser implementado em Janeiro de 2017.-----

Como tal, vou procurar nas GOP’s de 2017, estávamos com a mão na massa, e constato que não há qualquer verba atribuída a este Programa de apoio aos novos empreendedores do Concelho.-----

Mas o mais interessante é que também constatei que na proposta de regulamento, no artigo 62º, que se refere à sua entrada em vigor, no número 2 diz, e cito, “ Sem prejuízo do disposto no número anterior, são elegíveis aos apoios previstos no presente Regulamento empresas e investimentos que tenham sido iniciados a partir de Janeiro de 2016”-----

Sr. Presidente:-----

Pode explicar a esta assembleia porque não inscreveu qualquer verba nas GOP’s e Orçamento de 2017 para dar cumprimento a este regulamento tão amplamente divulgado?-----

Está ou não disposto a cumprir o nº2 do artigo 62º e retro ativar os apoios a Janeiro deste ano?-----

Não acha muito mau que tendo de cumprir o que está regulamentado e aprovado, ou seja, apoiar as empresas e investidores que se enquadrem no regulamento desde Janeiro deste ano, o vá fazer apenas a partir de Maio do próximo ano, quando pode aplicar o saldo deste ano? Claro que estamos mais próximos das eleições, mas se o motivo é esse, é mesmo muito mau. E Já agora o saldo deste ano começa a ficar curto com tanta necessidade.-----

Se o Senhor Presidente envolvesse os técnicos da Autarquia neste e noutros processos, com certeza que teria melhor informação e uma estimativa de verbas necessária para dar uma resposta imediata e capaz a toda esta ação sem gastar os milhares de euros com um copy e paste da internet.-----

De facto esta é uma situação que só prova mais uma vez a forma despesista e despreocupada com que este executivo gere esta autarquia.-----

É assim que quer que os empreendedores surjam e acreditem no que se diz e até se regulamenta e publica?-----

Esperamos que tenha uma boa explicação para esta situação e que não dê o dito por não dito, pois seria demasiado mau para as pessoas que acreditaram e investiram e muito pior para a vossa credibilidade.”-----

No uso da palavra, o senhor **deputado Bruno Martins** leu o seguinte documento: --

“É importante que o Sr. Presidente explique o ponto de situação da obra do Cineteatro Municipal, uma vez que a obra aparentemente terminada com os votos favoráveis do Vice-presidente da camara e do vereador do PSD e com os votos contra dos vereadores do IPA. No entanto, parece que a cortiça está a ser colada em novembro, quando, segundo o Sr. presidente, o período ideal para a colagem da mesma seria perto de maio, assim sendo qual o motivo desta colagem?”-----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **deputado Vítor Libânio**, que leu o seguinte documento: -----

“Festival Escritas do Sul. -----

O Movimento Independentes por Almodôvar, IPA, na sequência da realização deste evento no passado mês de Outubro, por se tratar de uma 1ª edição, pela forma como decorreu e pelas verbas envolvidas na sua concretização, não podia deixar de tomar uma posição nesta Assembleia Municipal, órgão por excelência vocacionado para a discussão política definidora de estratégias e prioridades e do ponto de vista legal com funções de fiscalização da atividade da Camara Municipal. -----

Pensa o Movimento de Independentes que os órgãos do Município, Câmara e Assembleia, devem fazer uma reflexão séria e bastante ponderada sobre este evento, a forma como foi organizado, os seus conteúdos, os recursos financeiros envolvidos, a sua importância para o concelho, visitantes atraídos pelo evento, participação da população e outros aspetos que possam ser considerados. -----

Olhamos para este Festival com um olhar atento e crítico, procurando perceber os aspetos positivos da iniciativa, tentando avaliar os efeitos custo/benefício em todas as suas vertentes. --

Não se podem fazer iniciativas desta natureza com um propósito de registo e afirmação do concelho sem a preocupação de obter a aprovação e a participação das nossas pessoas. Há um sinal que se percebe de imediato quando os eventos correspondem a um sentimento geral de agrado e nesse pressuposto é um primeiro passo importante para o seu desenvolvimento e consolidação -----

Infelizmente o que nos foi dado observar foi um grande divórcio entre esta iniciativa e as pessoas da nossa vila e do nosso concelho. Era confrangedor assistir na Praça da Republica a espetáculos (muitas vezes de significativa qualidade) praticamente sem público. Mesmo em relação a outras temáticas do evento, elas ficaram muito aquém da participação que supostamente deveriam ter. -----

E depois entramos aqui com outras situações ao nível da organização, dos conteúdos, dos temas, das pessoas envolvidas, que podem ter muita experiência no mundo dos espetáculos e é por isso que são pagas a peso de ouro, mas não percebem a filosofia cultural da nossa terra e da nossa gente, não conseguem criar qualquer interatividade com o meio e, por conseguinte, a sua própria abordagem nas várias ações decorridas não despertam nem o interesse nem a motivação adequadas. -----

Era importante que a chamada direção artística do evento e outros responsáveis tivessem um enquadramento diferente e mais de acordo com aquilo que é a realidade de Almodôvar. ----

Nós compreendemos a tentativa de fazer algo diferente, e também sabemos que em relação a determinados eventos é necessário esticar um pedacinho a corda (como se costuma dizer) para criar hábitos de fruição cultural mais arrojados e de diferente qualidade, mas tudo tem uma medida e aqui houve um claro exagero em tudo. -----

Não se podem gastar 204 mil e seiscentos euros do erário público nesta maneira.”-----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por agradecer a todos e, em particular, ao senhor **deputado José Brites** pela sua postura de fiscalização contínua e, além disso, gratuita. -----

Continuando, disse desconhecer a situação de Gomes Aires, pois ainda ninguém o tinha alertado para essa situação, todavia, irá indagar e enviar pessoal técnico para verificar a situação, pois é de facto necessário corrigir essa anomalia. -----

Quanto ao tubo partido na Ribeira de Cobres, lembrou que essa é já uma situação recorrente, e não se sabe qual a origem da água que vem para esse tubo. Virá de algum sítio, provavelmente das águas pluviais que estão ligadas ao esgoto e, depois, sempre que faz calor provoca mau cheiro. Por vezes, pensa-se que se encontrou o sítio onde está a origem do problema e então resolve-se, mas o problema apenas fica resolvido temporariamente, pois das várias tentativas que foram feitas para resolver definitivamente o problema, o certo é que o problema volta a aparecer. -----

Sobre o lancil junto ao parque infantil considerou que foi um elogio que o senhor deputado fez pelo facto de se ter reparado um pequeno defeito de obra. -----

Em relação às questões colocadas pelo senhor **deputado José Romba**, referiu que a situação do Rosário está identificada mas não está resolvida. Este é um problema que diz respeito à Empresa Águas Públicas do Alentejo, mas não põe de parte a responsabilidade do município enquanto zelador das boas condições de higiene, salubridade e qualidade de vida dos munícipes. -----

Esclareceu que o senhor Presidente da Junta de Freguesia alertou a Câmara Municipal para esse facto, tendo, em consequência, sido acionados os meios técnicos disponíveis do município. Supõe que a Empresa Águas Públicas do Alentejo já está ao corrente da situação e que o responsável técnico da Câmara Municipal está a fazer os possíveis para que, com o contributo do município, se resolva o problema. -----

Sobre a questão do Guia Prático de Apoio ao Empreendedor, adiantou que o referido Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo foi preparado o ano passado, de onde resultou a laboração de um Guia Prático, que inclui não só o regulamento do município, mas também os fundos comunitários do Portugal 2020 e do Alentejo 2020 que estão disponíveis para a nossa região. -----

Rejeita frontalmente a afirmação de que este documento é um “*copie e paste*” da internet e que foram gastos milhares de euros com a sua elaboração. -----

Acrescentou que, em relação a este assunto, bastava de mentiras, que fosse inventada uma mentira nova, porque esta já está gasta. Questionou onde está o fundamento para se afirmar que foram gastos milhares de euros? Referiu que foi feito algo que a Câmara Municipal de Almodôvar nunca antes tinha feito, pois nunca fez nada a favor do empreendedorismo. -----

Agradeceu a crítica, dizendo que a crítica que lhe é dirigida a este respeito reflete apenas o facto de que efetivamente se está a fazer alguma coisa. No entanto, acrescentou que o senhor deputado está errado em relação ao conteúdo das suas afirmações, não obstante ser impossível elaborar uma brochura desta qualidade a custo zero, até porque a Câmara Municipal não tem a capacidade técnica nem os conhecimentos técnicos necessários para proceder à sua realização. -----

Realçou também que tem havido um grande esforço por envolver todos os gabinetes no trabalho que é preciso realizar na autarquia. No entanto, verifica-se que há gabinetes que não têm colaborado nesse trabalho que se pretende que seja conjunto. A Câmara Municipal tem um Presidente e Vereadores, e os Gabinetes que não querem trabalhar com o Presidente não são envolvidos nesse trabalho que se desejaria, repetiu, que fosse conjunto. Tem-se esforçado por envolver todos, por não deixar ninguém de fora, todavia não vai obrigar as pessoas a colaborarem consigo contra a vontade dos próprios. Esta será uma regra que, sobre esta matéria, irá orientar o seu modo de atuar. -----

Cada equipa política tem o seu modo próprio de fazer as “coisas”. A atual equipa foi mandatada pelo povo de Almodôvar para poder decidir do modo que pensa ser o mais correto em relação a esta e a outras matérias. Se há gabinetes que não querem colaborar consigo, cuja atitude lamenta imenso, na verdade, continuam a ser colaboradores da Câmara Municipal. Rematou este assunto, informando que tudo tem feito para motivar os trabalhadores da autarquia, tudo tem tentado e, mesmo assim, parece que o seu esforço não tem alcançado os resultados esperados. Deste modo, os trabalhadores que insistem em não quererem colaborar terão de ficar de fora do processo colaborativo da nossa autarquia. -----

Em relação ao orçamento, esclareceu o senhor deputado que o mesmo pode ser alterado sempre que se julgue necessário. Se a dotação não está contemplada e se existe dinheiro noutra rubrica que possa ser transferido, pode proceder-se a essa alteração. Portanto, a questão de ir ou não buscar os retroativos de janeiro não está aqui em causa, porque logo que haja um projeto colocado na Câmara Municipal, o mesmo poderá ser cabimentado. -----

Respondeu também ao senhor deputado que não há gabinete nenhum que possa dizer de forma correta que será só em maio que os apoios estarão disponíveis. O senhor deputado está mal informado, pelo que o melhor será mudar a fonte que lhe forneceu essa informação e se foi algum gabinete a origem dessa informação, esse gabinete informou-o incorretamente. -----

Referiu também que não considera a quantia de quatro mil euros de despesista, pois não tem uma visão tão retrograda e tão economicista que o impeça de gastar quatro mil euros para apoiar os empreendedores do concelho. Os quatro mil euros que foram gastos com a elaboração de um guia, que inclui a conceção e a impressão daquele documento, é uma verba que, no seu ponto de vista, é bem aplicada, uma vez que tem como objetivo apoiar os empreendedores do nosso concelho e, portanto, dizer que esse custo é despesismo, é ter uma visão vincadamente economicista de todo este processo. -----

Se o senhor deputado tiver uma visão fechada dos gastos gerais do município, que envolvem números muito maiores, poderá pensar que quatro mil euros é uma verba exagerada, todavia, uma verba deste montante, considerando a razão da sua aplicação, não o preocupa minimamente. Lembrou a este propósito que, o que verdadeiramente o preocupa, é criar as condições para que os munícipes do nosso concelho possam ter o apoio de que precisam para o empreendedorismo, a incubação de empresas, que é algo que já se deveria ter feito há vinte anos atrás, pelo que, na verdade, estamos vinte anos atrasados em relação a outros municípios. Esta é a primeira vez que se faz alguma coisa pelo empreendedorismo em Almodôvar e,

mesmo assim, é-se criticado, mas, enfim, essa será, no ponto de vista de alguns, a função da oposição. -----

Respondendo ao senhor **deputado Bruno Martins**, disse que percebe o seu ponto de vista quanto ao facto da vereação do PSD ter votado favoravelmente relativamente à questão do cineteatro, pois trata-se de uma obra para benefício de todos os municípios de Almodôvar e não para benefício do Presidente de Câmara. Assim, se os vereadores não tivessem votado favoravelmente, tal facto é que seria de estranhar. Neste sentido, estranha e lamenta profundamente que os vereadores do IPA não tivessem votado a favor, mas, enfim, como este assunto tem sido tratado como se fosse um assunto de natureza política, cada um sabe de si e vota como quer. Portanto, o facto do Vice-Presidente da Câmara e do Vereador do PSD no executivo terem votado a favor demonstra a vontade de verem uma obra acabada e de contribuírem para mais um benefício colocado à disposição dos cidadãos do concelho de Almodôvar. -----

Como já toda a gente sabe, a empresa responsável pelos trabalhos do edifício do Cineteatro faliu e, por esse facto, não conseguiu acabar a obra. Ora, a Câmara Municipal não tem culpa disto ter acontecido. Pensa que qualquer Câmara Municipal responsável teria resolvido o problema da mesma maneira que foi resolvido, isto é, foi à procura de soluções e, de entre as soluções possíveis, depois de ponderar devidamente os prós e os contras, optou por aquela que pareceu ser a melhor e mais correta. -----

A falência da empresa implicou, à partida, a perda de financiamento. No entanto, ainda há a possibilidade de um dia se poder vir a recuperar esse financiamento, caso haja avisos para esse efeito. Portanto, e apesar de tudo, ainda resta a esperança da Câmara Municipal vir a ser ressarcida daquela verba, mas, enquanto se mantém essa esperança, é necessário completar aquela obra de um milhão de euros, que é uma obra pública e para o serviço da comunidade. Assim, quem votou contra está a manifestar a vontade de quem não quer a obra acabada. -----

Sobre a obra do cineteatro já muita coisa foi dita e já tudo foi explicado nesta Assembleia. Já foram explicadas as razões pelas quais o cineteatro não foi terminado em tempo útil, e, por conseguinte, não tem qualquer prazer em ver o Cineteatro fechado neste momento. Pensa que ninguém que se coloque no seu lugar gostaria de ver o Cineteatro encerrado, e pensa também que este sentimento é partilhado pelos vereadores que votaram a favor desta matéria. Houve a falência da empresa, encontrou-se a solução para resolver o problema, e agora espera-se que o Cineteatro esteja disponível ao público o mais rápido possível. -----

O Cineteatro está neste momento pronto, e se as obras não terminaram antes, foi porque houve situações legais a observar. Claro que as obras do Cineteatro têm três anos de atraso, mas esta situação aconteceu porque o projeto estava enfermo quando se tomou conta dele e porque houve problemas com a empresa. Por isso nada mais se poderia fazer, a não ser ir solucionando os problemas legais e com a empresa e gerir as falhas do projeto. Tudo foi sendo resolvido, passo a passo, apesar de, a cada dia que passava, aparecer um problema novo que carecia de solução, mas toda esta situação é já muito bem conhecida pela Assembleia. Tudo o que se possa dizer para além disto é simplesmente demagogia, é “política barata”, é apenas politiquice, e quem o aceita fazer é concerteza a oposição, pois pensará que a sua função é mostrar que tudo está

mal feito, enquanto a função do executivo é fazer obra, é trabalhar para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, é provar que aquilo que se faz tem razão de ser, que está bem feito. -----

Rematou, informando que a obra do Cineteatro está praticamente pronta, pelo que, se o senhor Presidente da Assembleia lhe conceder esse prazer, endereça o convite para que a próxima sessão da Assembleia Municipal seja feita nas novas instalações do Cineteatro. -----

Respondendo ao senhor **deputado Vítor Libânio**, e relativamente ao Festival Escritas do Sul, concordou com a necessidade de se melhorar este evento. Concorda também com a necessidade de se reduzirem os custos do festival, contudo, não concorda com os argumentos apresentados a este respeito, afirmando, mais uma vez, que basta desse tipo de mentiras, que se inventem mentiras novas, pois, o festival não custou duzentos mil euros, mas custou apenas cerca de trinta mil euros, já que foi financiado em 85%. O referido financiamento já se encontra na CIMBAL. Também e já com o ALMARTE o IPA escreveu extravagâncias na internet e em comunicados. O que fez foi pura demagogia, já que o ALMARTE foi financiado em 70%. Se, por exemplo, o senhor deputado tiver um negócio onde invista cem mil euros e se depois o vender por cento e vinte mil euros, significa que este negócio lhe rendeu vinte mil euros de lucro. Pensa que as contas têm de ser feitas contando com o dinheiro que entra e não só com o dinheiro que sai. O que o senhor deputado está a fazer é contar só com o dinheiro que sai porque isso interessa à oposição, mas se estiver a gerir o seu negócio concerteza que também vai contar com o dinheiro que entra. -----

Pela primeira vez, no Município de Almodôvar se assistiu a dois festivais culturais financiados por fundos comunitários, pela primeira vez o Município de Almodôvar teve cinquenta mil euros de patrocínio para efetuar uma mostra cultural do concelho, durante a FACAL. Este último evento deveria ter contado com todo o turismo rural a operar no concelho, mas a região de turismo não forneceu a informação a tempo e, conseqüentemente, não se conseguiu ter presente todo o património cultural de Almodôvar. Este é um aspeto a melhorar. Acredita que estes eventos vão correr melhor no próximo ano, porque além da experiência adquirida, estão a trabalhar nesse sentido e continuarão sempre a procurar financiamentos comunitários com vista a melhorar a qualidade desses mesmos eventos. Assim, sempre que houver avisos para se poderem fazer as candidaturas, lá estará a Câmara Municipal de Almodôvar para aproveitar os poucos financiamentos que têm existido. A nível cultural, nunca tinha acontecido financiamento de eventos em Almodôvar. Hoje há o ALMARTE e as Escritas do Sul financiados. O evento Escritas do Sul foi financiado em 85%, tendo a Câmara Municipal um custo de 15%, pelo que este festival teve um custo, no máximo, entre trinta e cinco e quarenta e cinco mil euros, contando com o IVA. Portanto, quando o senhor deputado disse que se gastaram duzentos e quatro mil euros com o festival, e sem ofensa pessoal, o que o senhor deputado disse é mentira e este tipo de mentira já não pega. -----

Se todos pensarmos como o senhor deputado, então, nesse caso, diríamos que não há nenhum fundo comunitário há muitos anos, pois tudo sai do orçamento da Câmara, e isso não seria considerado receita, quando, na verdade, os fundos comunitários são a principal receita da autarquia. -----

Voltou a afirmar que o festival Escritas do Sul precisa de ser modificado, não pelos conteúdos, que são excelentes, mas quanto à sua divulgação. Está de acordo que a divulgação deveria ter sido feita mais atempadamente, dever-se-ia ter ido buscar públicos diferentes, mas para esse evento não houve essa capacidade. Reconhecendo esta deficiência, adiantou que se está a trabalhar, a fim de a corrigir em eventos futuros. -----

Justificou o custo que houve a mais com este festival com a inclusão do Museu da Escrita do Sudoeste neste projeto. Foi um projeto inclusivo, como os próprios artistas o reconheceram publicamente, introduziu-se aí também o uso de linguagem gestual, atuaram artistas de renome, que nem a capital de distrito consegue ter nos seus palcos. Como se constatou, o conteúdo foi excelente, faltando apenas melhorar os aspetos relacionados com a divulgação, o que irá certamente acontecer nos próximos eventos. A atividade cultural de Almodôvar está, sem dúvida, muito melhor, não se limitando apenas às festas da aldeia ou à atuação dos ranchos folclóricos. Esta aposta numa atividade cultural de alto nível e de excelente qualidade, promove e enriquece a vida dos almodovarenses e é aspeto que deixa a oposição constrangida. O incremento que se está a dar hoje a estes eventos, está a permitir a sua consolidação e afirmação, pelo que o ALMARTE e as Escritas do Sul, daqui a quatro ou cinco anos, estarão em Almodôvar de pedra e cal, trazendo ao concelho um ambiente cultural mais diversificado e de categoria superior, ultrapassando assim as barreiras da festa da aldeia, do folclore ou do grupo coral, cujas manifestações são necessárias, mas também é necessário ir mais além, de modo a atrair outros públicos e públicos diferentes, porque senão os públicos saturam-se se lhes forem apresentados sempre as mesmas coisas, as mesmas caras, os mesmos grupos. -----

O senhor Presidente da Câmara, durante a sua exposição, foi interrompido várias vezes ou entrou em diálogo. O senhor Vereador António Sebastião e o senhor deputado Vítor Libânio proferiram algumas palavras, mas como não se entendeu o essencial daquilo que foi proferido para que se possa aqui reproduzir, e considerando esta dificuldade, apenas se apresenta o extrato da intervenção do senhor Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia alertou, por várias vezes, que a Assembleia tem de ser dirigida com dignidade e que todos têm de sair daqui devidamente esclarecidos. -----

Dirigindo-se ao senhor Vereador António Sebastião, informou-o de que apesar de ter a sua opinião, que é legítima, não a pode expressar nesta Assembleia, porque a lei não o permite, e se insistir em intervir terá de recorrer a uma solução mais drástica, cujo procedimento não gostaria de levar a cabo. -----

Pedi a colaboração de todos para que os trabalhos decorram de forma regular e disciplinadamente, acrescentando que os munícipes presentes farão o seu juízo acerca dos assuntos tratados, pois são pessoas esclarecidas e, por isso, não precisam de esclarecimento adicionais. -----

Referiu também que se abrirá de seguida um segundo período de intervenções e nessa altura os senhores deputados podem expor e completar as suas opiniões. -----

Aproveitou ainda esta oportunidade para fazer um esclarecimento adicional, referindo que, atendendo à sua experiência como Presidente da Assembleia e também como Autarca que já foi, existe uma grande lacuna na Câmara Municipal que deve ser

colmatada, isto é, há reuniões de Câmara que são públicas e as reuniões da Câmara Municipal de Almodôvar são feitas numa sala, aqui ao lado, não sendo devidamente publicitadas, pelo que passam despercebidas e, por isso, o público não assiste e seria de todo conveniente que as discussões sobre os assuntos tratados naquelas reuniões pudessem ser assistidas pelo público. -----

Se se olhar para as atas das reuniões de Câmara, verifica-se que estes assuntos são discutidos até à exaustão, e é por isso que o público deveria assistir a estas reuniões, pelo que deveriam ser bem publicitadas e tornadas efetivamente públicas. --

Explicou que há reuniões de Câmara que são fechadas, mas há outras que são públicas. Prosseguiu, afirmando que se continuar como Presidente da Assembleia fará uma proposta para que as reuniões de Câmara não se façam entre paredes e à volta de uma mesa, porque, no seu ponto de vista, não é assim que as “coisas” devem funcionar. Essas reuniões têm de ser abertas ao público, do mesmo modo como acontece aqui na Assembleia Municipal, que além de haver um período de intervenções do público, o público pode assistir ao decorrer dos trabalhos e assim saber o que se passa nas reuniões. Tal procedimento deveria ser adotado pelo executivo da Câmara Municipal. -----

Acrescentou ainda que há discussões nesta Assembleia que são repetições do que se passou em reunião de Câmara, mas isso não impede que as discussões se façam, pois todos têm o direito de expressar as suas opiniões, apenas pediu aos senhores deputados que intervenham de forma ordenada e de maneira a respeitarem-se mutuamente. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia, abriu um segundo período de intervenções, no âmbito do qual se inscreveram os senhores deputados Vítor Libânio, José Romba e Francisco Teixeira. -----

No uso da palavra, o senhor **deputado Vítor Libânio** afirmou que o custo do festival foram duzentos e quatro mil e seiscentos euros e se foi financiado ainda bem. Questionou quem paga esse financiamento, para de seguida responder que somos nós contribuintes. Realçou que o custo foi o que acima acabou de referir, pelo que o senhor Presidente não pode dizer que custou trinta mil euros. Mostrou-se indignado pelo facto do senhor Presidente dizer que o que diz são mentiras, não admitindo que o volte a fazer sobretudo quando as coisas estão bem explícitas. -----

O senhor **deputado José Romba** referiu que tendo em consideração que já correu a Câmara toda e que ninguém o sabe informar e parecendo o senhor Presidente a pessoa mais bem informada sobre a questão do empreendedorismo, perguntou-lhe diretamente onde se pode dirigir para se inscrever? -----

A esta questão o senhor **Presidente** respondeu que se poderia dirigir ao GADES. ----

No uso da palavra, o senhor **deputado Francisco Teixeira** referiu que assistiu às intervenções dos seus colegas e do Presidente da Câmara, e não pode deixar de ficar espantado com a contra argumentação às questões que lhe foram colocadas de uma forma exata, estudada, fundamentada, e que o senhor Presidente, quando contradiz os factos mencionados pelos deputados, devia ter alguma contenção na forma como o

faz, porque isso leva a que da parte das bancadas tenha que ser exercido o contraditório. -----

Tem havido em sessões da Assembleia situações em que o Grupo Municipal do IPA não tem exercido esse contraditório, para que não haja situações de eventuais excessos ou mal entendidos. Todavia, no caso concreto da utilização de fundos comunitários e das obras do Cineteatro, quando o senhor Presidente da Câmara intervém dá a entender que os elementos que são transmitidos à Assembleia pelos deputados do IPA não correspondem à realidade dos factos. Acrescentou ainda que a forma educada como os deputados da sua bancada intervêm leva-os a que não exijam mais explicações do Senhor Presidente. -----

No caso concreto das questões culturais, há um aspeto de fundo que tem de ser esclarecido, que é o facto de considerar que o Festival Escritas do Sul e do Festival ALMARTE são eventos exógenos à realidade do concelho. -----

Estes eventos dão-lhe até a entender, não querendo ser maledicente, que outros organismos do Alentejo, com responsabilidades, que não vai mencionar porque não tem os elementos suficientes, propõem à Câmara Municipal de Almodôvar, determinado tipo de candidaturas para determinados projetos. O que significa que a Câmara Municipal de Almodôvar aceitou ser uma espécie de “*barriga de aluguer*” de projetos exógenos ao concelho sem saber bem o que daí iria resultar. Efetivamente, candidatar projetos como o Festival Escritas do Sul a realizar em Almodôvar num financiamento que atingiu os duzentos e quatro mil euros, obrigaria a ter objetivos muito bem definidos e a merecer a maior atenção da Câmara Municipal.-----

Deu, em seguida, o exemplo de fundos bem aplicados, como foi o caso do Museu da Escrita do Sudoeste, esse sim um projeto autónomo da Câmara Municipal de Almodôvar, que ninguém o trouxe para cá, que ninguém encomendou e que inclusive contou com o apoio de fundos comunitários.-----

Gostaria de ter visto neste mandato um interesse muito maior, da parte da Câmara Municipal, em relação ao Museu da Escrita do Sudoeste, porque ele mostra aquilo que é a vontade dos municípios de concretizar projetos que enriqueçam o património do concelho. Este deve ser o caminho a seguir e que marca a diferença inclusivamente no que respeita à forma de trazer visitantes ao concelho. Uma intervenção cultural, com património valorizado entre nós, desenvolvido e apoiado pelas populações do concelho e não através de eventos exógenos a que a população é completamente alheia. Referiu ter estado num espetáculo inserido no Festival Escritas do Sul e constatou que realmente no palco estavam bons músicos e artistas mas, no entanto, as pessoas que assistiam ao espetáculo eram em número muito reduzido. -----

O Executivo devia avaliar muito bem o que interessa fazer para que a população adira a este tipo de eventos culturais e aproveite efetivamente da aplicação de fundos comunitários que, como disse o deputado Vítor Libânio, são de todos os contribuintes a nível nacional. -----

O senhor **Presidente** elucidou que este Festival Escritas do Sul é também um veículo promocional do Museu da Escrita do Sudoeste. Ao longo destes últimos três anos foi feito o possível, tudo o que foi julgado conveniente e que era adequado fazer para promover o MESA, mas, de facto, o conceito do MESA já não “vende”. Como se sabe, os museus de dois em dois anos têm de renovar as exposições, e o MESA é

único, e já não “vende”. De qualquer modo, é importante continuar com o esforço de o promover, de o levar mais longe, sendo, para isso, necessário encontrar outros canais de distribuição relativamente à publicidade, a fim de cativar novos e diferentes públicos. Foi precisamente com esta intenção que foi preparado o Festival Escritas do Sul e é também com esta intenção que está a ser preparado, em termos sistémicos, este Festival para o próximo ano. Agradeceu ao senhor deputado a sua intervenção, pois foi bater precisamente no ponto em que estão a trabalhar, que é a necessidade de levar o MESA a patamares mais elevados.-----

Para terminar este ponto, o **Presidente da Assembleia** referiu que se impõe não cortar a palavra a ninguém, mas o que a Mesa nunca vai permitir é que haja nesta Assembleia ofensas pessoais e um clima de anarquia. -----

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

C.1. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, PARA VIGORAR NO ANO DE 2017: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto esclarecendo que todos os senhores deputados têm na sua posse o documento em análise e que não é necessária uma explicação prévia do senhor Presidente, pelo que, de imediato, abriu as inscrições para intervenções. -----

Inscreveram-se neste ponto os senhores deputados José Brites, Bruno Martins e José Romba. -----

O Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao senhor **deputado José Brites**, que leu o seguinte documento: -----

Assunto: *Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.* -----

1. Parque Infantil a construir no Largo das Eiras em Almodôvar. -----

Por ter conhecimento de um abaixo-assinado que já feito em 2014 pelos moradores dos Bairros das Eiras, Social e Ruas Estrada de São Barnabé e outra, solicitando a Vª Ex.ª a construção de um parque infantil na zona das Eiras, uma vez que os existentes nas escolas Pré e Primária são privados, destinados só aos alunos e, além disso, encontram-se fechados aos fins-de-semana, vem agora o deputado perguntar, dado constar no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017, folha 78, a instalação e manutenção de parques infantis, se este também ali se encontra incluído.-----

2- Homenagem aos combatentes do Ultramar. -----

Dado também ter conhecimento de um pedido feito ao anterior executivo, e já no presente mandato ter também sido solicitado ao presente, para que seja criado um monumento ou lápide aos combatentes do Ultramar, a colocar numa Rotunda, Rua, Largo ou Jardim, onde conste o nome de todos os combatentes do nosso concelho falecidos em combate, sendo-lhes desta maneira prestada a justa homenagem. -----

Pergunta agora o deputado, já que estamos a discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, porque ainda não foi o mesmo ali incluído? -----

3 - Sobre a presente proposta para aprovação das Grandes Opções e Orçamento para o próximo ano de 2017, a meu ver, todo ele revela o realismo do ano anterior.-----

Sendo este um orçamento de rigor, não descura os investimentos que o executivo possa conseguir, e dele faz parte a captação de todos os fundos e participações comunitárias possíveis. -----

Os investimentos diversos que constam neste orçamento para 2017, e que se espera serem lançados no próximo ano, entre outros são: a construção do parque de campismo/caravanismo, a construção de um pavilhão de multiusos, esperando-se também a conclusão de todos os investimentos não só a iniciar, como os que estão atualmente em curso. -----

Nos casos das melhorias sociais, e a exemplo dos anos anteriores, vai continuar-se, e muito bem, a colocar as pessoas como primeira prioridade. Neste âmbito, vão continuar a ser dadas ajudas aos idosos e carenciados, vai continuar-se com as ajudas a obras na habitação de municípios desfavorecidos e vão prestar-se outras ajudas pontuais e urgentes a famílias com carências imediatas. Vai continuar a funcionar a Loja Social, que também permite às famílias carenciadas que continuem a ter acesso a bens e equipamentos que deles necessitam. -----

Por último, e apesar de muito mais haver para dizer, sabendo que este executivo sempre teve, tem e terá como compromisso fundamental a população do concelho de Almodôvar, é para eles que é dirigido todo o empenho e dedicação, para que toda a população sinta um orgulho cada vez maior de viver no nosso concelho.” -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **deputado Bruno Martins**, que proferiu o seguinte: -----

“Não é o orçamento ideal, sem dúvida. Na nossa opinião, este orçamento reflete uma visão algo diminuída do que seria possível fazer pela nossa terra e pelas nossas gentes, sabemos que não é fácil, mas também sabemos que com mais empenho e abertura do Sr. Presidente, as coisas poderiam ser diferentes. As prioridades não são realmente as que apresentamos à população há três anos, no entanto não podemos deixar de notar que existem alguns pontos em comum, e assim sustentam a nossa opinião. O apoio às Juntas de Freguesia mantêm-se e pelo que sabemos irá ser aumentado em abril. Os apoios sociais mantêm-se em alta, com previsão de aumento para o próximo ano, pois coincide com ano de eleições, sim, não temos problemas em chamar as coisas pelos nomes. As ditas obras de compromisso finalmente começam a sair do papel, mas até aqui, neste ponto, os nossos objetivos tendem a divergir, pois para nós seriam importantes as obras no Rosário e em Santa Clara, o projeto do centro de apoio de idosos de Gomes Aires, entre outras. No nosso entender não irá o Sr. Presidente ter condições para terminar estas e outras obras. A nossa preocupação em relação a este orçamento continua a ser o investimento de Capital.”-----

De imediato, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **deputado José Romba**, que leu o seguinte documento: -----

“Grandes Opções do Plano e Orçamento 2017. -----
Neste momento parece-nos muito importante fazer uma retrospectiva do que foram estes três últimos anos deste mandato, até porque estamos a analisar as últimas GOP’s e Orçamento a apresentar por esta maioria. -----
Neste pressuposto, é igualmente importante percebermos qual o ponto de partida para este mandato, ou seja qual a situação que o Presidente da Câmara e a sua maioria encontrou na nossa Câmara Municipal quando tomou posse em Outubro de 2013: -----
Em primeiro lugar, encontrou uma autarquia sem dívidas, seja na área dos investimentos ou na aquisição corrente de bens para o funcionamento normal de todos os dias. -----
Em segundo lugar, tinha disponível dinheiro vivo, em depósitos a prazo e em tesouraria, que ultrapassava largamente os dois milhões de euros. -----
Em terceiro lugar, existiam três candidaturas a fundos comunitários (requalificações urbanas que incluíam espaços públicos e equipamentos, vias de comunicação que incluíam repavimentações e pavimentações em diversas estradas e caminhos municipais e saneamento básico que incluía abastecimento de água em diversas localidades do concelho), num montante global elegível que ultrapassava os cinco milhões de euros e com taxas de financiamento de 85%. -----

Destas candidaturas é importante referir que mais de 50% da obra envolvida já se encontrava concluída e paga, pelo que o recebimento destes fundos acrescentou muito dinheiro à disponibilidade financeira que a Câmara já dispunha. -----

Em quarto lugar, existia uma carteira de projetos, concluídos ou em fase de conclusão, de investimentos estruturantes que poderiam começar a todo o momento e representavam um investimento infra estrutural do concelho muito importante e fundamental para o seu desenvolvimento futuro. -----

Existia também um conjunto de políticas estruturadas nas áreas educativa, social e cultural, com realizações de inegável êxito junto das populações do nosso concelho, com um retorno muito significativo para o tecido económico e empresarial e uma projeção de Almodôvar muito positiva quer em termos regionais como nacionais. -----

Em quinto lugar, um corpo de trabalhadores competente e mobilizado e com um elevado grau de consciência sobre o papel importante que a autarquia tem em todos os níveis da vida económica, social e cultural do nosso concelho. -----

Este foi o ponto de partida que o atual Presidente e a sua maioria encontraram em Outubro de 2013 e o importante é perceber o que fizeram com todo este capital de recursos, durante estes três anos. -----

Infelizmente, o balanço que fazemos, e está à vista de todo, é muito negativo em quase todas as áreas que possamos abordar. -----

Tudo se torna ainda mais claro sobre o que têm sido as promessas efetuadas e não cumpridas e sobre a falta de estratégia e de um projeto coerente para o concelho. -----

Para melhor percebermos o fracasso desta gestão e a paragem do concelho, cito muito rapidamente o que dissemos há um ano nesta Assembleia, precisamente quando discutíamos as GOP's e Orçamente para 2016. -----

Dissemos na altura: -----

“Já no Orçamento e GOP's de 2015, existiam as mesmas rubricas e dotações e nada foi feito até agora. O Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Gomes Aires viu o nome alterado para Centro de Apoio Sénior, mas o problema não está no nome, está na vontade de realizar, na capacidade e competência para o fazer e sobretudo na falta de respeito que a população de Gomes Aires teve desta maioria. Lembramos que o Centro de Dia de Gomes Aires podia já estar construído e a funcionar, mas que posições arrogantes, autoritárias e completamente erradas, impediram que isso acontecesse, destruindo a confiança coletiva daquela população e que agora se procura remediar, de uma forma, novamente errada, sem estratégia, sem rumo, tacaña e redutora. -----

Não existe nada na área da saúde e na educação, apenas a obrigatoriedade decorrente das imposições legais e pequenas iniciativas avulsas. -----

Fala-se em realizar investimentos estruturantes, quando se abandonaram todos os que estavam previstos para o nosso concelho: -----

Requalificação do Pavilhão Gino-Desportivo, criando um espaço polivalente moderno para todas as atividades desportivas, mas também para outras iniciativas recreativas e culturais e sede do Clube Desportivo de Almodôvar (projeto abandonado). -----

A requalificação do Centro Histórico da Vila que, ao que parece, vai ficar a marcar passo e as ruas que estavam previstas intervencionar nessa requalificação vão ter de esperar por melhores dias. É pena esta estagnação, esta inatividade, esta falta de ambição de uma maioria que possuindo os meios financeiros para realizar investimentos importantes e podendo ir buscar financiamentos comunitários nesta área esteja parada e percamos esta oportunidade de termos uma sede do nosso concelho mais moderna, mais bonita, mais atrativa e com muito mais qualidade. -----

O não avançar com o Parque de Campismo, é outra opção que não se compreende. -----

O investimento na requalificação do Centro Náutico, a construção de uma praia fluvial na Barragem do Monte Clérigo, tudo isto num projeto global que integrava uma zona de lazer com várias valências desportivas, recreativas, culturais e paisagísticas. -----

A perceção com que ficamos de que se abandonou completamente o propósito de chegar a um acordo com o Ministério da Segurança Social para resolver a situação da antiga Casa do Povo e de todo o espaço circundante. -----

A não construção do Poli-Desportivo Descoberto de Santa Clara, resolvidas que foram as dificuldades de localização, projeto e recursos financeiros. Este equipamento insere-se claramente numa política de coesão social. -----

A não valorização do nosso riquíssimo património marca passo, sem a criação do museu de Arte-Sacra e não se percebe que exista qualquer plano integrado de aproveitamento de todas as nossas potencialidades patrimoniais. -----

Como é que se melhora a prestação do serviço público quando se abandonam projetos em curso que visavam criar melhores condições para que os trabalhadores do Município pudessem exercer as suas funções com muito mais dignidade e os munícipes dispusessem de espaços de atendimento mais personalizados e de qualidade. -----

A requalificação do Edifício Antigo da Câmara e a construção de um complexo de equipamentos que englobavam os armazéns, parque de viaturas, oficinas e área social, eram sem dúvida, elementos estruturantes que iriam aumentar em muito a capacidade de intervenção de toda a Câmara Municipal com benefícios significativos para a Entidade e para os munícipes. -----

Face a estas situações atrás descritas, na nossa opinião estamos perante umas Grandes Opções do Plano e um Orçamento que não acrescentam nada ao concelho no ano de 2016. Um plano pobre de ideias, sem ambição, sem rasgo, completamente acomodado. Parece que os responsáveis políticos do Município, Presidente e Vereadores da maioria estão a dizer: “não nos chateiem, deixem isto andar porque o que nós queremos é passar o melhor possível os dois anos que faltam, o concelho que se lixe, isto há-de sobreviver tudo”. -----

Tudo se resume a umas festas, quase sempre bem pagas, a subsídios concedidos muitas vezes sem critério e sem controlo e por isso injustos, ao aumento de alguns apoios de medidas sociais como se por esse facto resolvessem todos os problemas das pessoas e algumas obras (pequenas) que é para serem realizadas através de ajustes diretos e fugirem á discussão e aprovação do Executivo Camarário. -----

Muito mais poderia ser dito relativamente a estes documentos, mas cremos que os factos já enumerados são mais do que suficientes exigindo e justificando a nossa posição de oposição e voto contra.”-----

Isto foi o que dissemos em Novembro do ano passado aquando da discussão relativamente às GOP's e Orçamento para 2016 e decorrido um ano, salvo pequenas exceções, está praticamente tudo na mesma e infelizmente confirmaram-se todas as previsões que nós, na altura, fizemos. -----

Tudo isto se torna ainda mais evidente à medida que o tempo tem decorrido e não há duvida que existe incoerência na gestão e irresponsabilidade nas promessas. -----

Incoerência, por não existir um projeto definido para o concelho, como sempre temos dito, num ano é assumido que se fazem determinados investimentos que não se concretizam e no ano seguinte desaparecem como se não tivessem qualquer importância. -----

Irresponsabilidade, por se fazerem promessas de qualquer maneira, a tudo o que mexe, criando expectativas a Entidades e Pessoas e depois não cumprindo. -----

Por exemplo, o chamado Centro de Apoio Sénior e Apoio Domiciliário em Gomes Aires, tinha orçamentado para realizar em 2016, 150 mil euros e mais 200 mil para 2017. Resultado: nada foi realizado neste ano e na proposta de orçamento para 2017 desaparecem os 200 mil euros e

apenas existe uma dotação de 30.500 € sem qualquer plurianualidade. Não fizeram, não querem fazer e andaram a enganar as pessoas daquela freguesia durante este tempo todo. ----

Outro exemplo, a Intervenção Urbanística na EN 2 no Rosário tinha orçamentado para realizar em 2016, 100 mil euros e mais 100 mil para 2017. -----

Resultado: nada foi feito em 2016 e na proposta de orçamento para 2017 desaparecem os 100 mil euros e apenas existe uma dotação de 5.000 euros sem qualquer plurianualidade. -----

Não fizeram, não querem fazer e estão a enganar as pessoas daquela freguesia. -----

Lembramos que mesmo nesta Assembleia, o Presidente de Câmara garantiu ao Presidente da Junta, a interpelação deste, que os trabalhos começavam nos finais de 2015. -----

Ainda outro exemplo, as ruas que faltam para a requalificação do Centro Histórico da Vila de Almodôvar, ainda apareciam no orçamento de 2016, com uma dotação para esse ano e para 2017. Nesta proposta de orçamento aparecem apenas com 2.750 euros sem qualquer plurianualidade. Não restam dúvidas que são para abandonar. -----

Mas esta maioria não abandona apenas projetos que têm origem em propósitos de investimento de anteriores executivos, as próprias promessas que tem feito são também abandonadas, como acontece com o famigerado Museu do Pão, agora chamado Centro Interpretativo do Pão, que tem uma dotação miserável de 10 euros e sem qualquer intenção de plurianualidade. -----

Muitos outros exemplos podiam ser dados, mas agora vou falar da outra vertente desta gestão, a de gastar bem e depressa. -----

Apenas dois exemplos: -----

- No Orçamento de 2016 a dotação para o Almarte rondava os 80 mil euros e depois verificamos que a sua execução ultrapassou largamente os 200 mil euros. -----

- No evento das Escritas do Sul, que inicialmente nem constava da proposta de Orçamento, ultrapassou também o montante gasto de 200 mil euros. -----

Por esta situação, imagine-se o que vai ser o ano de 2017, no que diz respeito a iniciativas desta natureza. -----

Estas GOP's e orçamento, não são seguramente boas para Almodôvar. -----

As opções estão erradas, têm vindo a ser cometidos erros ao longo destes três anos e ao olharmos para esta proposta de ação para 2017 não podemos de deixar de lamentar o conjunto de projetos que poderiam já estar concluídos ou em execução e que foram abandonados por esta maioria, verificando-se nalguns casos alternativas erradas e noutros casos sem qualquer alternativa. -----

Procuramos algum investimento na freguesia do Rosário e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na Freguesia de S. Barnabé e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na Freguesia de Santa Cruz e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na antiga Freguesia da Graça dos Padrões e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na antiga Freguesia de Gomes Aires e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na Freguesia de Santa Clara e vislumbramos, mais uma vez, uma verba para a requalificação da rua da Igreja e rua do cemitério, projeto que já vem desde 2014 e nunca é feito. Pode ser que este próximo ano, por motivos evidentes, aja algum desenvolvimento. Parece-me, no entanto, que pelas verbas envolvidas tem vindo a perder importância. -----

Em Almodôvar: -----

Não foi aproveitado o projeto global que existia na Câmara em fase final de conclusão para resolver de forma cabal as necessidades de instalações para o funcionamento operativo da Câmara, projeto que foi pensado para um desempenho racional e eficiente dos serviços e hoje o que é que vemos: -----

Um armazém que não responde adequadamente às necessidades do Município, a não resolução do problema das oficinas (está previsto construir duas, uma para a canalização e outra para a eletricidade) e as outras que se encontram em piores condições continuam sem resolução. -----

Lembramos que a oficina de carpintaria está fechada por falta de condições de segurança e a oficina de mecânica provavelmente também deveria estar. -----

E também não foi resolvida a situação do parque de viaturas. -----

Este é o saldo desta opção absurdamente errada e lesiva dos interesses do Município. -----

Não se resolveu nada do processo da antiga Casa do Povo e de todo o espaço envolvente. ---

Parece que não existe qualquer interesse em tratar de um assunto que é de particular importância para a nossa vila, pois trata-se de conseguir reabilitar todo o espaço entre a Biblioteca Municipal e o Convento de Nossa Senhora da Conceição, para além da recuperação do edifício e a sua utilização futura. -----

Refere o Senhor Presidente que, um dos eixos estratégicos da sua ação é a descentralização ativa para as Freguesias mas parece que isso se fica apenas pelas palavras.-----

Em ano de aumento significativo das transferências do OGE para o município de Almodôvar, seria absolutamente razoável que esse aumento se refletisse nas transferências para as Juntas de Freguesia, mas a proposta é de transferências iguais a 2016. -----

E isto, apesar de ser consensual que os recursos financeiros transferidos são claramente insuficientes para as competências delegadas.-----

Uma última referência para a dotação global das despesas correntes apresentada: 7.317.645,00 euros. Sabendo nós que no ano corrente já se gastou em despesa corrente até à presente data muito mais de 7 milhões de euros e não existindo muitas dúvidas de que no próximo ano a tendência ainda será para gastar mais, não é muito difícil de entender para onde vai ser canalizado o saldo deste ano de 2016. -----

Enfim, uma autêntica trapalhada numa casa onde não há rumo e não há líder. -----

Vê-se perfeitamente na apresentação deste orçamento que estamos perante uma maioria dividida que se tolera mediante acordos e cedências mútuas para que isto vá funcionando nestes meses que faltam. -----

Gostaríamos ainda de referir, para que conste, que no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, dado que apenas nos foi presente uma previsão de receitas e despesas e a sua distribuição por diversas rubricas com uma enorme diferença entre o arrecadado e o que se pensava gastar e sem uma nota explicativa que enquadrasse estes números e os seus objetivos, disponibilizamo-nos para reunir e contribuir para a elaboração de uma proposta que, a partir da base pudesse ser minimamente consensual. Não obtivemos qualquer resposta, mas mantemos ainda a mesma disponibilidade. -----

Por tudo o que acabamos de expor, as GOP's e Orçamento são por nós rejeitadas e lamentando a estagnação que o concelho sofreu nestes anos, não podemos deixar de manifestar a nossa satisfação por estarmos perante o último Orçamento deste executivo." -----

O senhor **Presidente** começou a sua intervenção respondendo às questões colocadas pelo **deputado José Brites**. Relativamente ao parque infantil e ao monumento aos combatentes, referiu que não foram visados por uma questão de prioridades, pois há outros projetos mais prioritários, no entanto, se houver disponibilidade financeira e técnica para os efetuar a situação poderá ser ponderada. Acrescentou que um monumento aos combatentes até não é muito caro, mas, de facto, ainda não foi pensado, e um monumento desse género requer que as pessoas envolvidas sejam dignificadas como merecem, devendo por isso ser um projeto bem planeado. Esclareceu também que, para o próximo ano, está previsto a criação de um espaço multiusos no Campo das Eiras, ficando esta zona das Eiras e Candenilhas muito

bem servida a este respeito, podendo ainda ser pensada a inclusão neste projeto de um outro espaço de diversão. -----

Prosseguindo, e dirigindo-se ao senhor **deputado Bruno Martins**, disse-lhe que não têm uma visão diminuída, rejeita essa ideia, têm é uma visão diferente daquela que os senhores deputados do PSD atual têm, mas compreende e aceita essa sua opinião. ----

Rejeita também a afirmação “é ano de eleições”, pois isso não quer dizer que se vá fazer mais ou menos, mas que se vai fazer aquilo que é possível fazer dentro das capacidades e condicionalismos existentes. Tanto há dois anos, como o ano passado ou como no ano que aí vem, vai continuar-se a apostar nas pessoas, que é o fim para que trabalhamos e sempre assim o fizemos, desde o primeiro momento. As pessoas são a prioridade deste executivo. -----

Como se sabe, foi aumentado o cartão do idoso para 100% dos medicamentos não comparticipados, o que implicou um investimento de cerca de cento e sessenta mil euros por ano, quando anteriormente estava apenas em quarenta mil euros. Implementou-se a universidade sénior, o apoio para os nossos jovens, o apoio aos transportes escolares para todas as universidades do país. Portanto, esses apoios já existem e vão continuar a existir e, como claramente se vê, não são lançados em ano de eleições, mas apenas foram lançados quando foi possível, quando o orçamento o permitiu. Nesta área social não se irá lançar muito mais coisas, a não ser o lançamento do projeto de apoio a pequenas reparações domiciliárias, que é um projeto que peca por ser lançado só agora, mas que não foi possível lançá-lo há mais tempo. Depois, há também o projeto de apoio ao empreendedorismo que já foi aqui falado. -----

As despesas de capital são uma preocupação muito grande dos deputados, mas para o executivo não é assim uma preocupação tão grande. O executivo faz aquilo que é possível fazer dentro das condições técnicas que tem, das verbas disponíveis e dentro daquilo que é possível fazer para conseguir obter os fundos comunitários necessários. -----

Como se sabe, nos últimos dois anos não houve avisos relativos aos apoios comunitários, pelo que é natural que se aproveitem agora esses fundos, fazendo-se aquelas obras que se acham que são prioritárias e que possam vir a ser financiadas. No entanto, há outras obras que estão em carteira e que têm de ser feitas, apesar de não se saber se podem ser passíveis de candidatura a fundos comunitários. -----

Em relação ao investimento de capital, contrariamente ao que a oposição tenta fazer crer, não estamos assim tão mal, já que a execução está hoje nos 38% e ainda falta um mês para terminar o ano económico, durante o qual ainda se fazem pagamentos. Portanto, há execução realizada e, até ao final do ano, a execução deverá rondar os 40%, cuja percentagem não será assim tão má para um ano em que os avisos aos fundos comunitários apenas começaram a ser publicados neste segundo semestre. -----

Prosseguindo com a sua intervenção, referiu que o senhor **deputado José Romba** fez uma súmula do trabalho feito quando o seu Partido era poder na Câmara, mas disse que não irá fazer o mesmo, porque seria impossível comparar o trabalho de três anos deste executivo com o trabalho de doze anos do anterior executivo. Tal comparação não seria séria e, como tal, não deveria ser usada em política, porque, além de ilegítima pela disparidade dos anos em comparação, não tem lógica. No entanto, afirmou que nestes últimos três anos foi feita muita coisa, apesar do senhor

deputado ter referido que não encontra nada feito nas Freguesias, mas se olhar atentamente de certeza que vai ver que estão lá obras e que são bem visíveis, pelo que todas as pessoas, incluindo o senhor deputado, as podem ver. Foi feito o que foi possível fazer, no entanto queriam ter feito mais, mas não houve essa oportunidade também condicionada pelo tempo. Daqui por mais nove anos, quando completarem os doze anos de mandato, então far-se-ão as comparações de forma justa. -----

O atual executivo está na Câmara para fazer o seu melhor. Acrescentou que não irá fazer uma retrospectiva do que foi feito, mas isso não obsta a que responda ao senhor deputado. -----

Começou por afirmar que nunca disse em lugar nenhum que os anteriores Presidentes de Câmara não fizeram nada, pois concerteza que fizeram, agora, o que não é justo é comparar, pela mesma medida, o volume de obras feitas em doze anos com o volume de obras feitas em três anos. -----

O senhor deputado disse, por exemplo, que entramos na Câmara com uma situação financeira de cerca de dois milhões de euros, ora, essa quantia é precisamente a que existe neste momento na Câmara, portanto o dinheiro não foi esbanjado, como pretendem fazer passar, e não pretendam também fazer passar a ideia de que o atual executivo é gastador de dinheiro em festas e festarolas, porque essa ideia não corresponde à verdade. O montante financeiro que encontraram quando assumiram o executivo é o mesmo montante que existe agora, mas há uma diferença relevante, que tem a ver com o facto de terem encontrado um valor de cerca de seis milhões e setecentos mil euros de dívida à banca, a médio e longo prazo, e neste momento essa dívida foi reduzida para cerca de quatro milhões quinhentos e oitenta mil euros, pelo que, conforme se demonstra, hoje a saúde financeira da Câmara está melhor do que quando a assumiram. -----

O atual executivo reduziu de nove dias para dois dias o pagamento a fornecedores, e esta prática deve ser um orgulho para todos os almodovarenses, uma vez que a imagem do município foi melhorada e está preservada. -----

Foram pagos mais de um milhão e quinhentos mil euros, não em obra, mas em dívida à banca. A Câmara Municipal de Almodôvar cumpriu o seu dever ao assumir o pagamento de dívida que em tempos foi contraída e, apesar de este dinheiro ter saído dos cofres da autarquia, continuam a encontrar-se lá dois milhões e quatrocentos mil euros. Afinal o dinheiro que foi deixado a este executivo não foi esbanjado, ele continua nos cofres da autarquia. -----

Quando o atual executivo assumiu os destinos do município, deparou-se com pagamentos a fornecedores, o que é natural, mas esses pagamentos não eram a fornecedores de Almodôvar. O que este executivo fez foi inverter esta política de compras, e assim passou a comprar praticamente tudo relativamente a consumíveis, tudo o que era possível comprar localmente, fê-lo no comércio em Almodôvar, ficando, deste modo, o dinheiro no nosso concelho. Em consequência, verificou-se um aumento de mais de cem mil euros no volume de compras feitas no concelho, o que significa que o dinheiro movimentou-se dentro do concelho, dando mais confiança aos nossos fornecedores, melhorando a sua economia. Ora, podendo gastar cá, não se vai gastar fora, e não é gastando no comércio de Almodôvar que as despesas correntes aumentaram, até porque os preços dos produtos adquiridos são sensivelmente iguais.

O senhor deputado afirmou que este executivo tem muitas promessas não cumpridas, o que o terá deixado preocupado. Referiu o parque de campismo, o museu de arte sacra, o armazém municipal, etc., acrescentando que há inatividade, estagnação, mentira aos munícipes, subsídios dados a associações sem “rei nem roque” e por aí fora. Se o senhor deputado tivesse lido os documentos com atenção concluiria que as coisas não são assim, pois continua-se a dar o mesmo montante de subsídios que era dado anteriormente, embora com uma diferença, que reside no facto de canalizar os subsídios para as Associações de Almodôvar, ou seja, em vez de se continuar a dar subsídios à ADPM de Mértola, dá-se o mesmo montante, mas a Associações dentro do concelho de Almodôvar. Isto significa que se continua a gastar os mesmos quatrocentos e trinta mil euros em apoio a Associações, montante este que já era gasto pelo anterior executivo. É, pois, esta diferença na política de atribuição de subsídios que se orgulha de o afirmar em voz alta. -----

Falando das mentiras em relação aos projetos que o senhor deputado aponta, lembrou que já em 2001, o PSD, então no poder na Câmara, falava na remodelação da ETAR de Almodôvar que só foi resolvida em 2012. Do mesmo modo, as obras do Convento de São Francisco foram resolvidas em 2012, a remodelação do Mercado Municipal em 2011 ou 2012, a construção da Casa Mortuária em 2011. Em 2001 havia também no caderno eleitoral do PSD, de então, um parque industrial junto da autoestrada, que nunca foi feito; uma nova política junto dos funcionários com refeitório, incentivo ao associativismo, etc., que também não lhe parece que tenham sido concretizados; melhoria dos acessos do norte da vila até ao Complexo Desportivo, a requalificação da Ribeira de Cobres nas margens, igualmente não consta que tivesse sido feito; construção da sede Social do Clube Desportivo de Almodôvar, não a conhece; construção do Parque de Viaturas e Armazém Municipal de que falavam já em 2001, nunca se viu; o Palácio da Justiça em coordenação com o Ministério da Justiça, nunca viu a luz do dia; construção de uma loja de solidariedade, foi feita o ano passado; construção de um Parque de Campismo, até agora não consta que tivesse sido lançada sequer a primeira pedra. Portanto, já em 2001 havia um caderno eleitoral com muitas promessas que não foram cumpridas. -----

No caderno eleitoral de 2005, aparece uma lista enorme, senão vejamos, Saneamento e Abastecimento de Águas na Romba, foi feito em 2013, mas, recordou, prometido em 2005; melhoramento do Cineteatro, cuja obra é um calcanhar de Aquiles, começou no final de 2012; criação do Fórum Cultural, prometido em 2005, mas acabou em 2012; melhoramento das relações com a SOMINCOR, quando chegaram à Câmara, em 2013, a SOMINCOR estava de costas voltadas contra a autarquia, hoje as relações encontram-se restabelecidas e com sinais visíveis de cooperação, como é o exemplo da oferta de uma carrinha; melhoramento das condições dos trabalhadores Municipais, apesar de ser uma medida de natureza muito subjetiva, não se vislumbrou qualquer melhoria; pavimentação da Estrada de São Barnabé até ao concelho de Loulé, via Monte Ruivo, repavimentação da Estrada Municipal 515 até ao limite do concelho de Ourique, continua sem estarem feitas; elaboração do projeto da Estrada do MU a São Barnabé, há agora um projeto para aprovar na próxima reunião de Câmara se tudo correr como se espera; melhoria das instalações da Segurança Social e da “Casa do Povo” está agora em andamento. Sobre este assunto, acrescentou que o processo está praticamente finalizado, estando-se a

dois/três meses de completar a permuta com lojas do Centro Coordenador de Transportes pela “Casa do Povo” e pelo parque localizado nas traseiras. Ainda em relação ao caderno eleitoral de 2005 voltou a mencionar a construção da sede do CDA, a qual continua sem estar feita; o início do processo de revisão do PDM, ainda não aconteceu, pelo que será este executivo que o vai iniciar em 2017, no entanto já se fala dele desde 2005. -----

Dirigindo-se aos senhores deputados do IPA disse-lhes para não virem com a ideia de que “prometemos e não cumprimos” porque quem prometeu em 2001 e 2005 e não cumpriu de certeza que não foi este executivo, e isto para já não falar do caderno eleitoral do IPA de 2009. Para terminar este assunto, lembrou que o atual executivo, quando tomou posse, apenas encontrou dois projetos aprovados e três obras em curso, e o anterior executivo começou o seu mandato na Câmara com vinte e quatro projetos, quase todos eles financiados, tendo o município, naquela altura, recebido cinco milhões e oitocentos mil euros sem o executivo de então nada fazer, isto é, receberam todo aquele montante resultante das obras que vinham do anterior executivo PS. Concereteza que o executivo que o antecedeu teve o seu mérito, ninguém lho tira, mas daí até dizer que este executivo não faz nada, vai uma distância astronómica. -----

Repetiu que este executivo partiu de dois projetos que estavam em execução, sendo um deles a Pala do Campo de Futebol, cuja obra estava já mencionada em 2001. Pois bem, não percebe que imagem quer a oposição fazer passar deste executivo, mas o que efetivamente se transmite são simplesmente falácias, como, em abono da verdade, se constata. -----

Para o ano de 2017 há o transporte do orçamento de 2016 de cerca de quatro milhões e quinhentos mil euros em obra, cujo processo está em concurso público, adjudicada ou já consignada, a saber, a cobertura da EB1, a Entrada Sul Almodôvar, a parte cénica do Cineteatro, (espera-se terminar a obra do Cineteatro até dezembro, todavia, a parte cénica, poderá eventualmente levará mais algum tempo, assim como os arranjos exteriores), o Parque de Campismo, o Largo de São Pedro, que é uma obra que foi agora o concurso público, a Estrada Municipal 515 dentro da Aldeia de Fernandes até ao cemitério. Estes exemplos dizem-nos que há um conjunto importante de obras que passaram de 2016 para 2017, o que nos impede de lançar obras novas em 2017 porque o orçamento tem limitações. Para o ano de 2017, há medida que as obras atrás mencionadas forem terminando, e há medida que se aceda a mais fundos comunitários, e, portanto, haja mais dinheiro disponível, assim se irão lançando outras obras. É isto o que em relação às previsões para o ano de 2017 pode dizer nesta Assembleia, todavia, teria uma enorme vontade de poder fazer mais, mas não há milagres, os fundos comunitários são finitos, no entanto, deixou bem frisado que não se vai deixar de apoiar as pessoas, porque para o Partido Socialista, que está no poder, neste momento na Câmara, independentemente dos projetos que os deputados e vereadores da oposição gostariam de ver concretizados, tem as suas prioridades que são, como acima ficou bem sublinhado, as pessoas. Os projetos a realizar têm de ser submetidos aos critério do Partido Socialista, que é o Partido que, neste momento, tem sob a sua responsabilidade os destinos do concelho, e os critérios do Partido Socialista consideram sempre as pessoas em primeiro lugar, pelo que a prioridade é fazer aquilo que o povo, as pessoas, mais precisam. -----

Terminou afirmando que acredita e aceita que os senhores vereadores e deputados quisessem ver concretizados os projetos que constam dos seus cadernos eleitorais, todavia, se eles, em tempo útil, não cumpriram as suas promessas, não venham agora exigir que este executivo as cumpra por eles, porque, como foi referido, este executivo tem os seus próprios critérios e as suas próprias prioridades, e, por isso, não é razoável que este executivo começasse a realizar as obras da oposição, para depois virem vangloriarem-se às nossas custas. -----

Em alguns momentos geraram-se intervenções em simultâneo na Assembleia em que falaram também os senhores Vereadores do Movimento dos Independentes por Almodôvar, nomeadamente o senhor Vereador António Sebastião. -----

Por haver vários intervenientes a falar em simultâneo e por não terem falado para o microfone, apenas se percebem pequenos excertos, que aqui não se reproduzem para evitar eventuais distorções em relação ao essencial das intervenções. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017**, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com dez votos a favor (PS, Juntas PSD), 6 abstenções (PSD, Juntas IPA) e 5 votos contra (IPA), **deliberado** o seguinte: -----

1º - Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano 2017, cujos documentos fazem parte integrante da presente ata, e ficam arquivados na Câmara Municipal. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Os Senhores deputados do Movimento dos Independentes por Almodôvar proferiram a seguinte declaração de voto: -----

O Movimento Independentes por Almodôvar IPA, votou contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 pelas razões que foram apresentadas, com bastante pormenor em sede de discussão dos respetivos documentos. -----

É nossa opinião que o nosso Concelho, no seu atual estado de desenvolvimento, necessita de um plano estratégico de intervenção com um horizonte temporal nunca inferior a uma legislatura, que deve dar origem a documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) muito mais equilibrados na distribuição dos recursos financeiros disponíveis. -----

E ainda necessário fazer investimento público, material e imaterial, que nas suas várias vertentes possa proporcionar uma maior atratividade e melhores condições para o desenvolvimento do nosso tecido empresarial e para o aparecimento de novas oportunidades de negócio e novas empresas com capacidade de explorar as potencialidades existentes e criar novas formas de riqueza. -----

Na nossa opinião nunca esta maioria deu sinais de perceber qual o caminho certo para o nosso concelho e qual o papel que a autarquia devia desempenhar. -----

Não tomou as opções corretas, não geriu com rigor todos os recursos que teve à sua disposição, humanos, financeiros e materiais e estes documentos para 2017, tal como os anteriores refletem essas opções menos rigorosas, erradas e com uma afetação de verbas profundamente desequilibrada. -----

Queremos mais uma vez lamentar a estagnação do nosso concelho durante este mandato e também mais uma vez manifestar a nossa satisfação por estarmos perante as últimas GOP's e Orçamento deste Executivo de maioria socialista." -----

Os Senhores deputados do Partido Social Democrata proferiram a seguinte declaração de voto:-----

“O grupo de eleitos do PSD, nesta casa, abstêm-se neste ponto, porque achamos que o Sr. Presidente, embora tenha tido em conta algumas das recomendações por nós feitas no ano anterior, não acautela devidamente os investimentos de capital. De forma muito lenta o investimento de capital começa a ser observado no terreno, mas nós queríamos mais, foi por fazer Almodôvar melhor que nos candidatamos e não nos cansaremos de trabalhar por esta ideia.”-----

C.2. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL PARA VIGORAR NO ANO DE 2017:-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Fábio Batista e Bruno Martins. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **deputado Fábio Batista**, que leu o seguinte:-----

Para além de tudo o que já aqui foi falado pelos meus colegas de bancada relativamente às GOPs e Orçamento, o Movimento de Independentes por Almodôvar não poderia deixar de destacar o reajustamento ao Mapa de Pessoal proposto por este executivo municipal para o ano de 2017, por os documentos estarem relacionados e sobre o mesmo referenciar alguns aspetos:-----

Propõe este executivo Municipal admitir, no próximo ano de 2017, 32 Funcionários. É uma situação nunca vista nesta Câmara Municipal.-----

Um número que nos deixa curiosos e estupefactos, considerando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal deixou de permitir que uma grande parte dos funcionários, atualmente no quadro e que sempre desempenharam de forma exemplar as suas funções, realizasse as tarefas inerentes ao normal funcionamento da autarquia e que faziam parte das suas competências normais do dia-a-dia.-----

Referimos, como exemplo, os eventos (os tão afamados eventos) em que se contratualiza a maioria dos serviços prestados, gastando fortunas com a aquisição de serviços externos e apenas dois ou três funcionários são chamados a fazer a “ponte” (digamos assim porque a realidade é bem pior) entre as empresas e os municípios, quando desde sempre uma equipa de funcionários organizava, responsabilizava-se e coordenava a maioria dos eventos de forma exemplar, sem que nunca tivessem decorrido metade dos problemas que hoje detetamos nestas festas e festarolas que têm sido realizadas.-----

Mas não só nos eventos, também nos inúmeros projetos que têm custado uma fortuna e que são comprados a empresas de fora porque o Senhor não reconhece a competência dos excelentes técnicos que compõem esta autarquia, para além de deitar fora projetos que já estavam feitos e mandar fazer outros não se sabe bem porquê.-----

Recordamos, como exemplo, os vários despachos que saíram no início do seu mandato e que ainda se mantêm em vigor 3 anos decorridos, retirando funções de forma completamente absurda a determinados funcionários, simplesmente pelo facto de os mesmos terem participado em ações e movimentos opositores do seu partido. O Sr. Presidente nunca quis saber se esses funcionários e funcionárias desempenhavam bem as suas tarefas nem se eram competentes. O importante era retirá-los de funções, diminuir a sua atividade, nalguns casos humilhá-los, numa espécie de vingança, mesmo se esse facto refletisse prejuízo para a Câmara e para o concelho.-----

Não podemos deixar de referir, como já fizemos num passado recente, a elevada taxa de absentismo, que não tem deixado de subir desde que este executivo entrou em funções, e

também estranhamente o número de funcionários que tem saído voluntariamente desta Câmara Municipal nos últimos tempos. -----

Será porquê? -----

Sr. Presidente:-----

O Senhor devia pensar em todas estas situações, perante estes cenários tomar outra atitude, gerir de forma adequada os trabalhadores que a Câmara tem neste momento e apresentar uma proposta séria e responsável a esta Assembleia. -----

Se assim não o fizer estamos perante um ato de gestão danosa que em nada dignifica a sua posição e apenas face a uma tentativa de neste último ano responder a tantas promessas eleitorais que fez. -----

Haja decoro.”-----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **deputado Bruno Martins**, que nos leu o seguinte documento: -----

“Tanto ruído por a questão do mapa de pessoal ter previstos mais 32 lugares no quadro pessoal para o ano, mas nós não percebemos o espanto, pois em 2013 também foram abertos 33 lugares a concurso, e os concursos que se fizeram até foram votados favoravelmente por alguns deputados presentes nesta assembleia.”-----

O senhor **Presidente** reportando-se à intervenção do senhor **deputado Bruno Martins**, referiu que apenas quer retificar que não foi em 2013, mas em 2011 que foram colocados trinta e dois lugares a concurso. -----

Relativamente à intervenção do senhor **deputado Fábio Batista**, começou por referir que é um prazer tê-lo na Assembleia. O senhor deputado diz que nunca se viu nesta Câmara uma colocação de funcionários com a dimensão do número proposto, no entanto lembrou que em 2010 foram colocados vinte e três funcionários e saíram cinco, em 2011 foram colocados trinta e seis funcionários, em 2012 foram colocados cinco e saíram treze, em 2013 foram colocados seis e saíram treze, em 2014 foram colocados dois e saíram cinco, em 2015 foram colocados onze e saíram catorze, em 2016, até ao momento, foram colocados doze e saíram catorze. Chamou a atenção para o facto de nestes números que mencionou estarem incluídos os professores das Atividades Extra Curriculares (AEC). Como a realidade dos factos o mostra, não vê qual é a admiração na colocação de funcionários, pois é um procedimento natural que se tem verificado no decurso dos diferentes anos. Por outro lado, e como os senhores deputados sabem, tem havido contingências legais nos últimos três ou quatro anos que não têm permitido a colocação de pessoal. Nos últimos três anos a Câmara Municipal foi obrigada, por imposição da lei, a reduzir o seu efetivo em cerca de 10% ao ano, o que foi cumprido. Ora, como não se colocou ninguém, houve a necessidade de, por vezes, se recorrer a empresas de trabalho temporário, a recibos verdes, a CEI, a CEI+, etc. Esta situação, de impedimento legal para colocar funcionários durante vários anos, justifica o facto de agora haver uma maior necessidade de colocar pessoal em maior número. -----

Acrescentou também, e como se saberá porque já foi falado, nos últimos dois anos não foi possível colocar ninguém ligado ao rendimento mínimo, porque o Centro de Emprego terminou com as verbas destinadas a esse efeito. Assim, o pessoal com que a autarquia podia contar, cujo número era cerca de sessenta ou setenta quando este executivo tomou posse, e que era colocado ao abrigo do programa “património”, dos estágios, dos CEI e dos CEI+, hoje não é possível contar com ele. Não há o programa

“património”, não se podem fazer estágios. As autarquias estão impedidas de proporcionarem estágios, uma vez que se é obrigado a contratar pelo menos 30% desse pessoal e, como é sabido, a contratação faz-se por concurso público, o que está vedado às Câmaras poderem fazê-lo. De referir ainda que, como também é do conhecimento dos senhores deputados, a autarquia foi inibida de contratualizar, não somente pela contingência da lei, mas porque não foi cumprida a regra de equilíbrio orçamental, em virtude do lapso que existiu há dois anos relativamente à indicação da percentagem de verbas de receita corrente e de receita de capital. Este assunto já foi falado nesta Assembleia e esse lapso provocou um desequilíbrio, não por gasto de dinheiro a mais, mas por entrada errada de dinheiro, ou seja, entrou dinheiro como capital quando devia ter entrado como corrente e assim a Câmara Municipal ficou também impedida de contratar. -----

Como ficou já devidamente justificado, os trinta e dois postos de trabalho que irão criar são os estritamente necessários. O pessoal a admitir vai ser colocado onde faz mais falta, ou seja, nas ruas, no cemitério, nas piscinas como nadadores salvadores, (neste momento há apenas um nadador efetivo, pelo que se precisa de mais dois nadadores), no cemitério (há a necessidade de coveiros, que é uma situação que se arrasta há anos e que urge resolvê-la, pois não é possível andar constantemente a “empurrar com a barriga para a frente”. Ainda em relação aos coveiros, referiu que um infelizmente não está capaz de trabalhar por razões de saúde, e o outro, por razões específicas de debilitação física e psicológica não consegue trabalhar, mas é um ser humano e, como tal, tem de ser ajudado, e assim há que apoiá-lo, colocando-o numa outra área que melhor se adapte à sua situação. -----

Em relação ao absentismo que senhor deputado Fábio Batista mencionou, adiantou que não têm culpa das pessoas ficarem doentes e que nos últimos três anos faleceram funcionários que estiveram doentes, havendo até um funcionário que esteve sete meses hospitalizado, e essa situação acentua a taxa de absentismo. Depois há também funcionários que têm filhos, e, como acontece noutros serviços, também na Câmara Municipal, desde há dois/três anos, não só as mães mas também os pais tiraram a licença de paternidade para ficarem com os filhos, o que é um direito que a lei lhes confere. Existem dois técnicos da autarquia que neste momento estão nessa situação. Como se verifica, existem muitas razões que explicam o absentismo e nenhuma delas são da responsabilidade do Presidente da Câmara. -----

Em relação à motivação, referiu que, no seu ponto de vista, a formação é o melhor meio para incentivar a motivação. Assim, motivar os funcionários é proporcionar-lhes formação e é isso que se está a fazer. Este ano, o número de funcionários que está a fazer formação é superior ao número de funcionários que fez formação em 2014 e a formação está a ser feita com os recursos próprios da Câmara Municipal, porque não há fundos comunitários para esse efeito. De considerar que em 2013 havia fundos comunitários para a formação, mas agora não tem havido. Houve uma empresa que esteve em Almodôvar a dar cursos de formação e, caso haja nova oportunidade, voltar-se-á a repetir essa iniciativa, pois através dela os funcionários, além de adquirirem novos conhecimentos e competências, adquirem também outro tipo de sensibilização que os ajuda a faltarem menos. O executivo não se cansa de apoiar os funcionários e, neste sentido, qualquer funcionário que precise, por exemplo, de um dia de folga ou de um dia de férias, ser-lhe-á concedido, inclusivamente os

funcionários usufruem, desde o ano passado, do dia do seu aniversário natalício de folga. Pensa que, de acordo com estes procedimentos, tem criado diversas condições para que os funcionários da autarquia se sintam motivados. -----

Em relação à questão dos eventos de que o senhor deputado fala, adiantou que alocam as pessoas que se acha que devem ser alocadas e, a este respeito, está de consciência tranquila em relação a quem alocam. -----

Respondeu também que nunca ninguém foi marginalizado pelo atual executivo e se os despachos que assinou em 2013 que permitiu a mudança de funcionários para outra secção e se eles se mantêm ainda nos postos de trabalho dessa secção é porque continua a pensar o mesmo em relação a esses funcionários, ou seja, é porque esses funcionários não se mostraram capazes de colaborar na área onde anteriormente estavam afetos. Portanto, esses funcionários estão a trabalhar noutra área e continuarão aí a exercer a seu trabalho, até porque o executivo não tem de se adaptar aos funcionários, os funcionários é que têm de se adaptar ao novo modelo de gestão da Câmara. Acrescentou ainda sobre este assunto, que o executivo não tem que viver de memórias passadas, mas deverá olhar é para o caminho do futuro e a construção do futuro faz-se com todos, sem marginalizar ninguém e um sinal de que os funcionários são para si todos iguais, merecedores da sua consideração, está no facto de todos eles serem tratados da mesma maneira, de não se despedir ninguém por terem votado em cores políticas diferentes da sua ou por terem acompanhado movimentos políticos diferentes do seu. Todos continuam a ser funcionários da autarquia e irão continuar a sê-lo, pois todos são precisos independentemente daquilo que pensem em relação a este executivo ou ao seu Presidente, a democracia é isso mesmo. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação o **MAPA DE PESSOAL** do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2017, e respetivos anexos, elaborado nos termos do disposto no artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhados da Proposta n.º 155/PRESIDENTE/2016, que foram **aprovados, por maioria**, com 14 votos a favor (PS, PSD), 5 votos contra (IPA) e 2 abstenções (P. Junta IPA). -----

C.3. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA REFERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CÂMARA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO (LCPA), ALTERADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO E NO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA PELO DECRETO-LEI N.º 99/2015, DE 2 DE JUNHO: -----

O **Presidente da Assembleia** submeteu à apreciação a Proposta n.º 155/PRESIDENTE/2016, exarada em 18 de Outubro de 2016, que se transcreve: -----

“PROPOSTA N.º 155/PRESIDENTE/2016. -----
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA). -----
CONSIDERANDO: -----

O disposto no art.º 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a

aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, **não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal**, salvo quando: -----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de **€99.759,58**, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

O disposto na alínea C), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que disse que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, **está sujeita**, no que respeita as entidades da administração local, **a autorização prévia da Assembleia Municipal**. -----

Que o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, diploma que regulamenta a citada Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, conforme disposto no art.º 12.º, estabelece que a **referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento**. -----

O disposto no n.º 3, do artigo 6.º, da referida LCPA, que permite, nas situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que a competência atribuída à Assembleia Municipal possa ser delegada no Presidente da Câmara; -----

Que, não obstante o atrás exposto, se entende que a referida delegação deverá recair sobre a Câmara Municipal e não sobre o seu Presidente, **impondo-se, conseqüentemente, que a Câmara Municipal solicite a referida autorização prévia a Assembleia Municipal**, nos mesmos termos do disposto no art.º 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi derogado pela Lei dos compromissos (art.º 13.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação).-----

PROPÕE-SE, por motivos de **simplificação, celeridade processuais e eficácia**, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Sector Público Administrativo, **que a Assembleia Municipal delibere**, relativamente à Câmara Municipal: -----

1. Para os efeitos previstos na alínea C), do n.º 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, **emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal**, nos casos seguintes: -----

- a) Resultem de projetos, ou ações de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento;-----
- b) Os seus encargos não excedem o limite de **€99.759,58** em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. ----

3. O regime de autorização ora proposto seja aplicado à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que venham a produzir efeitos a partir de **2 de janeiro de 2017**.---

4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação, na qual conste os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

5. Que, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta seja aprovada em minuta.” -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** abriu, de imediato, as inscrições para intervenções. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta referente à **Assunção de Compromissos Plurianuais - Delegação de Competências na Câmara**, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, a qual foi aprovada, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD,IPA). -----

C.4. - CONHECIMENTO SOBRE A MANUTENÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR O ANO ECONÓMICO DE 2017: -----

Sobre esta matéria, o **Presidente da Assembleia** fez uma breve síntese do tema e abriu as inscrições para intervenções, não se tendo inscrito nenhum deputado. -----

A Assembleia tomou conhecimento da manutenção da Tabela de Taxas, que deverá acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2017, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 02.JAN.2017; -----

C.5. – CONHECIMENTO DO PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2016: -----

O **Presidente da Assembleia** fez uma brevíssima exposição do assunto e apresentou, para conhecimento da Assembleia, o Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Informação Financeira do Município reportada a 30 de junho de 2016, bem como uma informação exarada pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, cujo teor se transcreve: -----

“INFORMAÇÃO N.º 181/DAF/2016. -----

DESTINATÁRIO: Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----

ASSUNTO: Apresentação do Relatório Semestral sobre a Situação Económica e Financeira o Município de Almodôvar. -----

Para os devidos efeitos, cumpre informar V. Ex.º o seguinte: -----

A informação em anexo é prestada nos termos da alínea d), n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, no âmbito das competências atribuídas pela mesma ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas. -----

Submete-se à consideração dos Órgãos.” -----

O **Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Informação Financeira do Município reportada a 30 de junho de 2016** faz parte integrante do presente livro de atas e dá-se aqui como totalmente reproduzido. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu inscrições para intervenções sobre o tema, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

A Assembleia tomou conhecimento do documento em apreço.-----

C.6. - CONHECIMENTO SOBRE O PEDIDO FORMALIZADO PELO TRABALHADOR MARCO BOTA COM VISTA À CESSAÇÃO DO ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO, CELEBRADO ENTRE SI, OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMODÔVAR E O MUNICÍPIO, BEM COMO A REVOGAÇÃO, NOMEADAMENTE, DOS N.ºS 2 E 3 DA CLÁUSULA 5.ª, N.º 2 DA CLÁUSULA 7.ª E CLÁUSULA 10ª DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMODÔVAR:-----

Sobre esta matéria, o **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e apresentou a Proposta n.º 161/PRESIDENTE/2016, exarada em 02 de novembro de 2016, cujo teor se transcreve: -----

“PROPOSTA N.º 161/PRESIDENTE/2016 -----

CONSIDERANDO: -----

Que foi celebrado um Acordo de Cedência de Interesse Público, em 01.04.2016, com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar, para o trabalhador desta Câmara Municipal, Marco António das Dores Raimundo Bota, assistente operacional, concedida nos termos do artigo 241.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

Que este trabalhador formalizou o pedido de reingresso à situação jurídico-funcional de origem com efeitos a partir de 01.11.2016, através do seu requerimento datado de 04. 10.2016.

Que, à luz do referido artigo 241.º, da L.T.F.P., o Acordo de Cedência de Interesse Público pode ser feito cessar, a todo o tempo, por iniciativa de qualquer das partes, incluindo o trabalhador. -----

Que os respetivos encargos com este trabalhador ficaram refletidos no Protocolo celebrado entre esta Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar. -----

PROPONHO que o Órgão Executivo delibere: -----

Aprovar a revogação do Acordo de Cedência de Interesse Público, com efeitos a 01.11.2016.-

Aprovar a revogação, nomeadamente, dos n.ºs 2 e 3 da Cláusula 5.ª, n.º 2, da Cláusula 7.ª e Cláusula 10.ª do Protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar, após efetuado o necessário acerto de contas. -----

Que seja dado o devido conhecimento à Assembleia Municipal.” -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não se tendo inscrito nenhum deputado. -----

A Assembleia tomou conhecimento do teor da Proposta n.º 161/PRESIDENTE/2016.

C.7. - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

Previamente à introdução deste ponto, o senhor **Presidente da Câmara** explicou que nesta listagem existe uma linha repetida (*MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ E INTERNET SOBRE FIBRA ÓTICA - €51.900,00*) pelo que solicita à Assembleia que considere uma delas sem efeito. -----

A Assembleia aceitou e nada objetou. -----

Prosseguindo, o senhor **Presidente** deu conhecimento da seguinte informação exarada em 16 de novembro de 2016: -----

“LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS E A ASSUMIR A PARTIR DO DIA UM DE JUNHO ATÉ QUINZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

*Na sequência da **Proposta n.º 181/Presidente/2015**, formulada pelo Exm.º Sr. Presidente da Câmara, em 10 de novembro, e em conformidade com a da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, submete-se à apreciação dos órgãos municipais a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, desde o dia um de junho até quinze de novembro de dois mil e dezasseis. -----*

Fornecedor	Designação do fornecimento ou empreitada	Valor do contrato	Data do contrato	Prazo de fornecimento/execução	Término do prazo
QUANTAVENTURA, Unipessoal, Lda	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – EXECUÇÃO DA ATIVIDADE DE NADADORES, VISANDO A VIGILÂNCIA E SEGURANÇA E SEGURANÇA AQUÁRIA NAS PISCINAS MUNICIPAIS DE ALMODOVAR	€23.519,12	1.jul.16	365 Dias	30.jun.17
JAMEFABS – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LD.ª	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ENTRADA SUL DA VILA DE ALMODÔVAR	€74.630,00	19.jul.16	510 Dias	24.dez.17
SULINA MARIA MENDES GUERREIRO	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, COM UM TÉCNICO TITULAR DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DA RESPECTIVA ATIVIDADE NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR	€16.800,00	19.jul.16	365 Dias	18.jul.17
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE VÓZ E INTERNET SOBRE FIBRA ÓTICA	€51.900,00	29.ago.16	730 Dias	28.ago.18
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VÓZ	€23.000,00	29.ago.16	1095 Dias	28.ago.19
KNOW FOOD-ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017	€57.015,00	9.set.16	319 Dias	30.jul.17
RUI MANUEL GASPAR CORTES GUERREIRO	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, COM VISTA AO ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO EM DIFERENTES SERVIÇOS E NO AMBITO DA	€14.400,00	07.out.16	365 Dias	06.out.17

	MUSEOLOGIA DIVERSIFICADA NO CONCELHO				
TIMING PEOPLE – EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – ASSISTENTES OPERACIONAIS	€74.915,00	18.out.16	180 Dias	17.mar.17
OPÇÃO J – COMERCIO DE EQUIPAMENTO E SERVIÇOS, LDA	LOCAÇÃO DE BENS – LOCAÇÃO DE UMA EMPRESORA DE PRODUÇÃO, PARA AQUIPAR O GABINETE DE COMUNICAÇÃO E GABINETE DE INFORMÁTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR	€59.389,44	3.nov.16	1461 Dias	02.nov.20
J.V. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, LDA.	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CÓPIAS EXCEDENTES DA IMPRESSORA DE PRODUÇÃO AO SERVIÇO DO GABINETE DE COMUNICAÇÃO E GABINETE DE INFORMÁTICA DO MUNICÍPIO	€28.139,00	3.nov.16	1461 Dias	02.nov.20

A Assembleia tomou conhecimento. -----

C.8. - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO: -----

O **Presidente da Assembleia** considerou que este tema não carece de explicação por parte do senhor Presidente da Câmara, que todos receberam o relatório de atividades e que todos tiveram a oportunidade de o ler. -----

Com esta ideia, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado José Brites. -----

“APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. -----

Sabe-se que o presente relatório de atividades integra, não só o executivo da Câmara Municipal, como todas as divisões, serviços e outros, que através dele dão conhecimento das suas atividades a todos os deputados desta Assembleia.-----

No entanto, a meu ver, continua a vir com algumas deficiências que, de acordo com a minha perspetiva, há muito já não deveriam existir, dando como exemplos: -----

- 1- Uma parte deles não vem assinada pelo responsável respetivo; -----
- 2- O mesmo não se encontra com todas as folhas numeradas; -----
- 3- O mesmo nunca é recebido conjuntamente com os outros documentos remetidos pela Assembleia, conforme está estipulado no Regimento. Porquê?” -----

C.9. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por

encerrada, eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos, do dia 25 de novembro de 2016. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Duarte Freitas de Sousa**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----